



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022



MENSAGEM DA DIRETORIA

A disponibilidade de água, em qualidade e quantidade suficientes para atender a todos os usos atuais e projetados, é um fator preponderante para o país crescer de forma sustentável, e esse é um imenso desafio de regulação, especialmente se considerarmos o passado recente de crises hidroenergéticas e os cenários prospectivos que apontam os efeitos da mudança do clima sobre o comportamento hidrológico.

Outro grande desafio posto para a Agência é o promover a harmonização e a melhoria da qualidade da regulação no setor de saneamento básico, por meio da edição de normas de referência a serem adotadas pelos entes reguladores infranacionais, visando a universalização dos serviços no país.

Destarte, para os próximos anos, são temas de relevante interesse para a gestão das águas e para a melhoria dos serviços públicos de abastecimento de água: a segurança hídrica, a segurança de barragens, o esgotamento sanitário, o manejo e a disposição final de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais e sistemas de drenagem.

O ano de 2022 foi marcado por uma atualização da estrutura da Agência dando maior destaque a temas como Mudanças Climáticas, Segurança de Barragens e regulação de serviços hídricos. Além disso, foram iniciados novos ciclos de programas que representam o cerne da atuação do SINGREH como o Pró-Gestão e o Qualiágua, que tiveram novos ciclos definidos e iniciados. O aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e a edição de normas de referência para a melhoria dos serviços de saneamento básico, bem como a promoção de ações visando melhorar a segurança das barragens tem sido prioridade da gestão, assim como a promoção da segurança hídrica.

Desse modo, encerra-se um ciclo de planejamento estratégico e apresenta-se



MENSAGEM DA DIRETORIA

a oportunidade de planejar um novo ciclo de quatro anos de preparação da Agência para os desafios a ela colocados em termos de gestão, governança, mudanças climáticas e principalmente a busca da excelência na atuação reguladora. Um dos pilares do planejamento é a Agenda Regulatória, atualizada para o períodos 2022 - 2024 como um indicativo das prioridades que serão objeto de nossa dedicação no período.

Assim, em nome da Diretoria Colegiada da ANA, apresento o Relatório de Atividades de 2022, reconhecendo a responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) das informações ora prestadas com transparência aos órgãos de controle e perante a sociedade brasileira.

Verónica Sánchez da Cruz Ríos
Diretora - Presidente

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da Agência. É composta por 1 (uma) Diretora-Presidente e 4 (quatro) Diretores.

A ANA encerrou 2022 com a Diretoria Colegiada com a seguinte composição:



Veronica Sánchez
Diretora -
Presidente



Maurício Abjaodi
Diretor



Filipe Sampaio
Diretor



Ana Carolina Argolo
Diretora



Vitor Saback
Diretor

O PAPEL DA AGÊNCIA

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é uma autarquia sob regime especial com autonomia administrativa e financeira que estava vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) até o final de 2022.

A ANA age de maneira descentralizada e compartilhada, envolvendo os estados e usuários, em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos, com sua lei de criação e com as atribuições posteriores, que previram articulação com outros entes e políticas públicas. Isso também acontece pela natureza do recurso que regula, que é transversal a todas as atividades, e pela previsão constitucional de dois domínios para os recursos hídricos no Brasil: dos estados/DF e da União.

DA PREVISÃO LEGAL

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos):

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

(...) V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

(...) Art. 3º Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

(...) III - a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV - a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V - a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo;

VI - a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

O PAPEL DA AGÊNCIA

Art. 4º A União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

(...) Art. 33. Integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

I – o Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

I-A. – a Agência Nacional de Águas;

II – os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;

III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos;

V – as Agências de Água.

LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 (Lei de criação da ANA):

(...) Art. 4º A atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:

(...) VIII – implementar, em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União;

(...) X – planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de seca e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios;

(...) XIII - promover a coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da rede hidrometeorológica nacional, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas que a integram, ou que dela sejam usuárias;

XIV - organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;

O PAPEL DA AGÊNCIA

(...) XVI - prestar apoio aos Estados na criação de órgãos gestores de recursos hídricos;

(...) XX - organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB);

XXI - promover a articulação entre os órgãos fiscalizadores de barragens;

LEI Nº 12.334, DE 20 DE SETEMBRO DE 2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens)

Atribuiu à ANA as competências de articular os órgãos fiscalizadores de barragens, manter o SNISB, e elaborar o Relatório de Segurança de Barragens. Os dois últimos são feitos em estreita articulação com os demais órgãos fiscalizadores e responsáveis pela segurança de barragens.

LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 (Marco legal do saneamento básico)

Atribuiu à ANA a competência de estabelecer normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, o que se dá em articulação com as Entidades Reguladoras Infranacionais.

Cabe à ANA também promover a capacitação de recursos humanos para a regulação adequada e eficiente do setor de saneamento básico.

DAS RESPONSABILIDADES

De modo sintético, pode-se dizer que a ANA é responsável, na esfera federal por:

1. coordenar o SINGREH
2. implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH),
3. regular e fiscalizar situações que envolvam corpos d'água de domínio da União,
4. regular o uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União;

O PAPEL DA AGÊNCIA

5. regular a prestação dos serviços públicos de irrigação e adução de água bruta;
6. fiscalizar as condições de segurança de barragens, com vistas a garantir a segurança hídrica no país;
7. editar normas de referência para a regulação dos serviços de saneamento básico.

A gestão integrada das águas no Brasil é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados e o DF, conforme previsto na Constituição Federal, e estabelecida na Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997) que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e estabelece como fundamento a gestão descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.

O SINGREH é formado por um conjunto de instituições formuladoras e executoras das políticas e por instâncias participativas nas esferas federal, estadual e na bacia hidrográfica. As instâncias participativas são compostas por representantes do poder público, de setores usuários e da sociedade civil organizada. Como órgão implementador da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) cabe à ANA atuar em conjunto com os estados para a gestão dos recursos hídricos, no âmbito do SINGREH.

Nas suas atribuições relativas à uniformização regulatória do setor de saneamento básico cabe a ANA emitir normas de referência para o setor. Essas normas são de adesão voluntária pelas entidades reguladoras infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), têm caráter não impositivo, mas constituem condicionantes ao acesso a recursos públicos federais. Ademais, a ANA deve contribuir para a articulação entre a Política Nacional de Saneamento Básico, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

A seguir, alguns exemplos de temas sobre os quais a ANA deverá emitir normas de referência, conforme previsto na Agenda Regulatória:

- Padrões de qualidade e eficiência na prestação, na manutenção e na operação dos sistemas de saneamento básico.

O PAPEL DA AGÊNCIA

- Regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico.
- Padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico firmados entre o titular do serviço público e o delegatários.
- Metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico;
- Critérios para a contabilidade regulatória.
- Metodologia de cálculo de indenizações devidas em razão dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados.
- Governança das entidades reguladoras.
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços públicos de saneamento básico.



SUMÁRIO

EXECUTIVO

Este relatório tem como objetivo oferecer uma visão clara e objetiva para a sociedade brasileira, o Congresso Nacional e os órgãos de controle acerca do desempenho e dos resultados obtidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico no exercício de 2022 cujas principais entregas estão resumidas a seguir:



Resultados da Regulação

3603 Atos de Outorga emitidos

3 Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH) emitidos

28 Atos de Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e Outorga de AHEs emitidos



Fiscalização de Uso de Recursos Hídricos

23 Multas aplicadas: 23 multas simples; 0 multas diárias; R\$ 60.266,66 em valor total de multas.

6 Multas canceladas/anuladas em instância administrativa: R\$ 18.400,00 em valor de multas canceladas.

232 Autos de infração emitidos (AIs): 206 AIs de advertência; 23 AIs de multas simples; 0 AIs de multas diárias; 4 AIs de embargo provisório.



Fiscalização de Segurança de Barragens

21 Multas aplicadas: 17 multas simples; 04 multas diárias; R\$ 78.400,00 em valor.

3 Multas canceladas/anuladas em instância administrativa: R\$22.200,00 em multas canceladas.

32 Autos de infração emitidos (AIs): 10 AIs de Advertência; 17 AIs de multas simples; 4 AIs de multas diárias; 1 AI de embargo provisório.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH

3.597 DAURH (interferências recebidas):

1.705 Empreendimentos; 2.637 declarações; e 1.519 empreendimentos em rios de domínio da união.



Vistorias, Campanhas de Campo e Avaliações

200 vistorias realizadas nas bacias prioritárias “Verde Grande e Piranhas-Açu”;

21 campanhas de campo realizadas, totalizando 158 vistorias a usuários de água, incluindo as realizadas com apoio de empresa contratada;

75 barragens com o Plano de Segurança de Barragem (PSB) e 63 barragens com o Plano de Ação de Emergência (PAE) concluídas ou em elaboração.



Denúncias quanto ao uso dos recursos hídricos, segurança de barragens e saneamento básico

114 Denúncias recebidas.

85 Denúncias recebidas por meio eletrônico (e-mail ou formulário digital)

29 denúncias recebidas via próton;

62% Denúncias respondidas: 38% das denúncias recebidas não puderam ser respondidas pois os dados necessários do denunciante estavam incompletos

100% das denúncias respondidas

Nota 1: Do total de interferências em corpos d'água da União, 828 estavam obrigadas ao envio da DAURH. Contudo, foram enviadas 552, o que corresponde a 66,7%.

Nota 2: Todas as 2.530 interferências localizadas em corpos d'água de domínio da União foram analisadas quanto ao atendimento dos valores estabelecidos na outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO



DeclaraÁgua

212 Usuários enviaram **3.585** leituras mensais de equipamentos de medição de uso de recursos via aplicativo DeclaraÁgua, nas bacias dos rios Piranhas, Verde Grande, Pardo, São Marcos, Paraíba do Sul, Preto/Bezerra e São Francisco.



Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH

68.292 interferências regularizadas em 2022, sendo **5.091** localizadas em corpos hídricos Federais e **63.201** localizadas em corpos hídricos estaduais, que foram disponibilizados no CNARH pelos órgãos gestores estaduais.



Inspeção de Segurança Regular (ISR)

96 Barragens com encaminhamento de ISR (Inspeção de Segurança Regular) à ANA. Desse total **84** ISRs foram analisadas quanto a regularidade. As demais ainda estão em processo de análise pela área técnica.



Agenda Regulatória 2022-2024

43 metas estabelecidas para a Agenda Regulatória 2022-2024.

25 temas distribuídos em 9 eixos temáticos.

<https://bit.ly/420ldMm>

SUMÁRIO EXECUTIVO



Instrumentos de Planejamento

1 Plano Estratégico Institucional 2023-2026;

1 Plano de Gestão Anual - 2023

1 Plano de Gestão de Riscos - 2023



Transformação digital de serviços

- **DAURH** e **DIGICOB** - implementados;
- Software **FERAH** com análise de tendências com indicadores de impactos das mudanças climáticas – funcionamento em protótipo;
- Criação da Startup Gov.br - **ANA DIGITAL** para implantação do programa de transformação digital da ANA;
- **1,7** milhão de intrusões cibernéticas bloqueadas;
- Política de Segurança da Informação e Comunicações implantada;
- Participação do Exercício de Guardião Cibernético;
- Mais de **200** computadores adquiridos;
- Implantação de novas regras de outorga no **REGLA**;
- Implantação do Portal de Recursos Hídricos;
- Implantação do REGLA nas bacas de São Marcos, Piancó e Meia Ponte;
- Implantação do sistema de Saneamento Básico;
- Implantação do **MÓDULO CIDADÃO** do sistema de Segurança de Barragens (SNISB); e
- Integração com o **LOGIN ÚNICO** Gov.br

SUMÁRIO EXECUTIVO



LGPD (Lei nº 13.709, de agosto de 2018):

Pontuação obtida na avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), resultados relativos à auditoria realizada que avaliou as ações governamentais e os riscos à proteção de dados pessoais, a partir de diagnóstico sobre a implementação dos controles estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018).

- Resultado da primeira avaliação do TCU: **0,34** (nível inicial)
- Resultado atual da avaliação realizada pela ANA com a metodologia do TCU TCU: **0,88** (nível aprimorado)



Saneamento - Implementação da Agenda Regulatória

SANEAMENTO: 7 processos de participação social;

PUBLICAÇÃO do Procedimento de comprovação da adesão das NRs pelas ERIs (Resolução nº 134, de novembro de 2022);

MONITORAMENTO da implementação NR 01/2021 e NR 02/2021;

TOMADA DE SUBSÍDIO da NR sobre Metas progressivas de universalização dos serviços de AA e ES, incluindo sistema de avaliação do cumprimento das metas



Monitor de Secas

24 UNIDADES DA FEDERAÇÃO PARTICIPANTES.

Nos últimos doze meses, mais três estados se juntaram ao Monitor de Secas: Rondônia, Acre e Amazonas. Com isso são 24 Unidades da Federação participantes. Até o final de 2023, a adesão de Amapá, Pará e Roraima permitirá alcançar a cobertura nacional pelos mapas do Monitor de Secas.



Salas de Crise e Salas de Acompanhamento

89 Reuniões de Salas de Crise e de Salas de Acompanhamento pela ANA realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Acordos de Cooperação e Parcerias:

ACT COM AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - concurso de Inovação “Desafio Saneamento do Futuro: rios sem plástico: gestores SSB, SAF e ASGOV – em andamento;

ACT COM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) - visando o desenvolvimento de documentos normativos para gestão hídrica, qualidade da água, saneamento básico, gestão de efluentes e resíduos em bacias hidrográficas;

ACT COM CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) - Recursos Hídricos, gestão de reservatórios, capacitação, implementação novo marco saneamento;

ACT COM CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (em ações de conservação de água e solo, segurança de barragens, operações de reservatórios e implementação do marco legal do saneamento básico)

ACT COM INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB) (a capacitação mútua e o desenvolvimento de estratégias integradas em ações de implementação do marco legal do saneamento básico);

ACT COM OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS) - Acordo de Cooperação;

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) - avaliação da governança da ANA (PAFER Review);

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA): relatório de qualidade de água da Bacia Amazônica;

PRODOC - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) - Projeto de Cooperação Técnica internacional (PRODOC) celebrado com o PNUD para o Fortalecimento institucional da ANA com foco na harmonização da regulação do setor de saneamento básico por meio da edição de normas de referência, conforme as atribuições conferidas à Agência pelo novo marco legal, Lei nº 14.026, de 2020

DGA: cooperação para troca de experiências.



Painel DeclaraÁgua

Implementação do painel de acompanhamento do DeclaraÁgua para gerenciar dados de monitoramento de captações de água enviados por cerca de 300 usuários.

SUMÁRIO EXECUTIVO



PROGESTÃO - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

27 reuniões remotas de acompanhamento do 2º Ciclo do Progestão realizadas;

3 oficinas de intercâmbio: Monitoramento e Enquadramento de Corpos Hídricos; Planos de Capacitação e Fiscalização de usos de recursos hídricos;

2 boletins trimestrais;

Atualização do painel de acompanhamento do programa; e

Publicação da Resolução ANA n.º 135/2022 que institui o 3º Ciclo do **PROGESTÃO**. Acesse o portal clicando **aqui!**



Operação de Reservatórios

Em outubro de 2022:

Publicada a **RESOLUÇÃO ANA Nº 132**, que dispõe sobre as condições de operação para os reservatórios do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023.

Foram iniciados os procedimentos de avaliação e consulta para a edição de normativos semelhantes para as bacias do Grande e do Paranaíba, também na Região Hidrográfica do Paraná.

Em dezembro de 2022, a ANA aprovou e divulgou seu **PLANO DE CONTINGÊNCIA** para a Recomposição dos volumes de Reservatórios das bacias dos rios Paranaíba e Grande, indicando medidas adicionais para a operação de reservatórios entre janeiro e abril de 2023. Tais medidas são voltadas à promoção do reenchimento dos reservatórios no período úmido, com foco na segurança hídrica e na garantia dos usos múltiplos da água em 2023 e nos anos seguintes. Na sequência, foram publicadas as Resoluções ANA n.º 140/2022, n.º 141/2022 e n.º 142/2022, que determinam, respectivamente, condições de operação temporárias para os sistemas hídricos do rio Grande, do rio Paranaíba e dos aproveitamentos de Jupuí e Porto Primavera.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Capacitação e Treinamento – Fortalecimento do SINGREH

14 cursos remotos realizados;

12 cursos com tutoria,

27 webinários e seminários;

1 jogo educativo produzido;

2 seminários dos mestrados profissionalizantes do Profágua e Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (ProfCiamb),

10 novas publicações

15 oficinas,

40 cursos EAD;

11 Jornadas de Capacitação do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob),

ESPECIALIZAÇÃO em segurança de barragens com 42 monografias elaboradas;

AGENDA de capacitação das Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água em 2022;

WEBINÁRIOS “Como Inserir a Cultura de Privacidade no Dia a Dia da ANA” e Descomplicando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e sua Aplicação”;

II FÓRUM de Boas Práticas de Contratações e Gestão de Contratos;

OFICINAS “Avaliação da Implementação de Planos de Recursos Hídricos - 1ª edição e 2ª edição”.

SUMÁRIO EXECUTIVO



Acordos e Termos de Parceria com os Estados:

IMPLEMENTAÇÃO da condicionante da outorga da Sabesp destinada a investir em **Projetos de conservação de água e solo na bacia do Cantareira** – integração da infraestrutura verde e infraestrutura cinza;

PROGESTÃO III: 3º ciclo do **Programa de Consolidação do Pacto pela Gestão de Águas** (Resolução nº 135, de dezembro de 2022), aprimoramento do programa;

PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA:

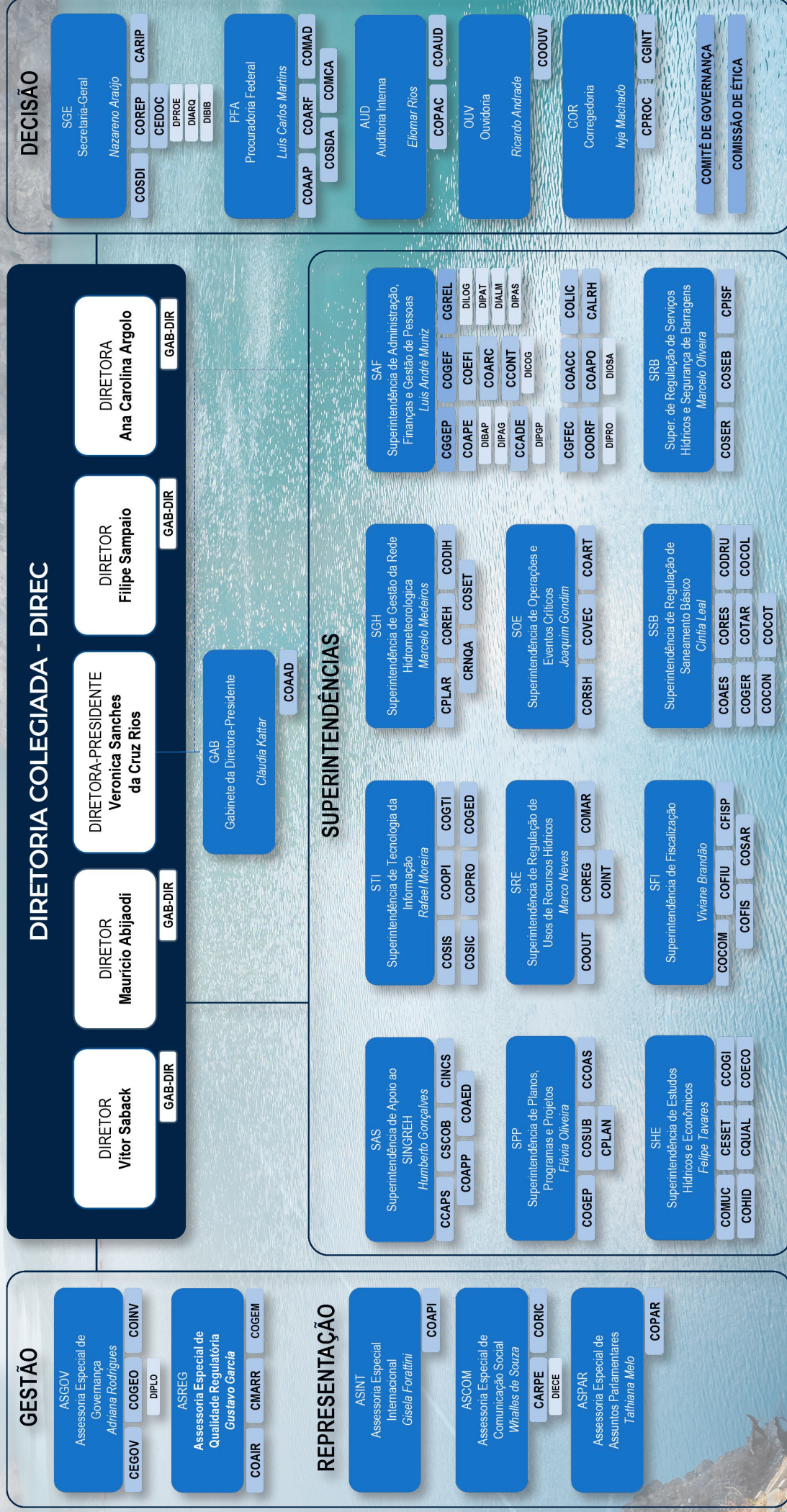
- apoio da iniciativa privada na ampliação das formas de atuação do programa envolvendo parcerias com empresas privadas e organismos multilaterais para financiamento de atividades do programa produtor de águas em MG e PE;
- rede nascente do São Francisco (comitê local, ações de conservação de água e solo, 32 municípios – mudança de estratégia do programa;
- Implementação projeto produtor de água na Bacia do Pardo: ações de conservação de água e solo. O ACT firmado em 2022 entre a SEMAD, IGAM e Instituto de Florestas (IEF) para implantação do programa produtor de águas no Estado de Minas Gerais. Prevê em seus objetivos: Desenvolvimento de estratégias para a ampliação do número de projetos no Estado de Minas Gerais, em articulação às iniciativas e programa já em curso no estado, especialmente o Programa de Regularização Ambiental – PRA. Inclui um TED específico com o Instituto Federal do Triângulo Mineiro para o diagnóstico socioambiental da bacia do rio Pardo aprovado em 2023.



Outros Destaques

- Aprovação Agenda de Avaliação de Resultado Regulatório para 2022;
- Avaliação do Qualiágua (Resolução nº 30 de setembro de 2022);
- Implementação do Plano de Capacitação em Regulação no Saneamento 2021-2024

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ANA ORGANOGRAMA



NOSSOS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS



MISSÃO

Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.



VISÃO

Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.



VALORES

Integridade;
Transparência;
Compromisso;
Excelência Técnica;
Cooperação



VALORES PÚBLICOS

Referem-se aos produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

- 1 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos descentralizado, forte e participativo;
- 2 Ambiente regulatório adequado, seguro e estável, para a promoção da universalização do saneamento básico;
- 3 Barragens de usos múltiplos em condições adequadas de segurança;
- 4 Serviços, dados e informações hidrometeorológicas integrados, confiáveis e acessíveis aos usuários;
- 5 Riscos e impactos de secas e cheias reduzidos;
- 6 Garantia dos usos múltiplos da água.

O MODELO DE GOVERNANÇA

GOVERNANÇA EXTERNA

A Governança Externa da ANA abrange outras instituições responsáveis por políticas públicas relacionadas à gestão das águas, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde, o Ministério da Ciência, Tecnologia, e Inovação, entre outros, além dos órgãos de coordenação do governo e dos órgãos de controle.

A ANA dialoga e presta serviços aos usuários e suas representações e mantém um conjunto amplo de parcerias com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais, governos estrangeiros e agências de cooperação que contribuem para o aperfeiçoamento da sua atuação, bem como para o fortalecimento de instituições congêneres de outros países, notadamente nos países fronteiriços ou que compartilham águas com o Brasil.



<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/agencias-infranacionais>

O MODELO DE GOVERNANÇA

A ANA recebe orientações, determinações e referências que pautam a sua atuação, visando assegurar a segurança hídrica à sociedade brasileira, com base na transparência e no diálogo.

Com as novas atribuições relacionadas ao saneamento, um novo conjunto de atores passou a fazer parte dessa governança externa, sendo, ao menos, 88 agências reguladoras de serviço de saneamento atuando no âmbito municipal, intermunicipal, distrital e estadual.

GOVERNANÇA INTERNA

A atual estrutura de governança corporativa é constituída por uma Diretoria Colegiada composta por cinco diretores, os quais dispõem de assessorias de suporte à decisão, à representação e à gestão, além das superintendências. Em 2022, a ANA publicou nova versão do seu regimento interno, aprimorando as estruturas decorrentes das funções relacionadas ao setor do saneamento, criando a Assessoria Especial de Governança, a Assessoria Especial de Qualidade Regulatória e revisitando as atribuições das unidades organizacionais.



O MODELO DE GOVERNANÇA

Além disso, a Diretoria da ANA conta com instâncias de apoio à governança constituídas por comitês ou grupos que dão suporte técnico na elaboração de políticas ou programas internos ou externos.

Instâncias Internas de Apoio à Governança

- Comitê de Apoio à Governança
- Comitê de Editoração
- Comitê de Avaliação de Documentos
- Comitê Gestor de Capacitação
- Comitê de Segurança da Informação
- Comitê de Tecnologia da Informação
- Corregedoria
- ASGOV
- Auditoria Interna
- Ouvidoria

Outrossim, são instrumentos que apoiam a governança interna da ANA e que constituem ferramentas de planejamento, monitoramento e prestação de contas:

Instrumentos

- Planejamento Estratégico Institucional - PEI
- Plano de Gestão Anual - PGA
- Plano de Gestão de Riscos - PGR
- Plano Gerencial Interno - PGI
- Agenda Regulatória
- Plano de Integridade
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC

O MODELO DE GOVERNANÇA

GOVERNANÇA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória da ANA é um instrumento de gestão que identifica os temas prioritários para regulação, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e no enfrentamento dos desafios da Agência.

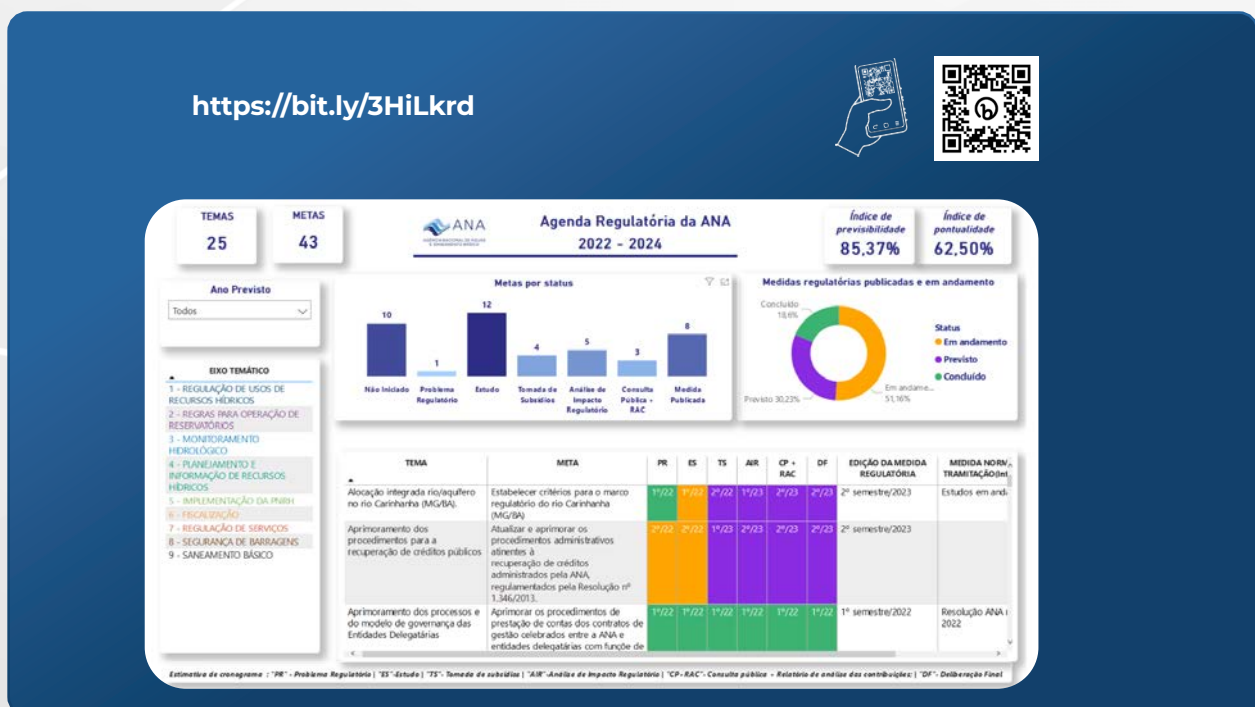
A agenda vigente apresenta os temas a serem trabalhados em 2022, 2023 e 2024. Ao todo, são 25 temas regulatórios, desdobrados em 43 metas, agrupadas nos seguintes eixos temáticos:



<https://bit.ly/420ldMm>

- regulação de uso de recursos hídricos,
- regras para operação dos reservatórios,
- monitoramento hidrológico,
- planejamento e informação de recursos hídricos,
- implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos,
- fiscalização,
- regulação de serviços,
- segurança de barragens e
- saneamento básico.

A execução da Agenda Regulatória da ANA pode ser acompanhada de maneira dinâmica por meio de painel de informações disponível por meio do link:



O MODELO DE GOVERNANÇA

O monitoramento da Agenda Regulatória, além de passar do formato de relatório para o formato dinâmico em painel Power BI, passa a ser acompanhado não somente pela conclusão das medidas propostas, mas também pelo andamento de cada etapa do Ciclo Regulatório.

No ano de 2022, foram elaborados dois Relatórios de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e publicados cinco atos normativos dos sete previstos para o ano, chegando a um cumprimento de 71%. Dos dois que não foram concluídos, um está em fase de final de revisão do Relatório de AIR e outro em análise por consultoria jurídica.



Medidas regulatórias públicas e em andamento

28,5%

● Em Andamento

71,43%

● Concluído

CADEIA DE VALOR DA ANA

Para a ANA, macroprocesso organizacional é um conjunto de valores entregues por um conjunto de processos de negócios, que podem envolver mais de uma unidade organizacional e cuja operação apresenta impacto significativo na atuação da Agência, na sociedade ou nos regulados. Os macroprocessos são representados de forma diagramática na Cadeia de Valor, a qual comunica o que faz a instituição e proporciona uma visão sistêmica da operação, dos processos e dos produtos entregues pela Agência, além de auxiliar a tomada de decisão em alto nível.



O MODELO DE GOVERNANÇA

POLÍTICAS E PLANO DE GOVERNO

A atuação da ANA é amparada e influenciada por um extenso rol de políticas e programas de governo, bem como de programas do PPA, como, por exemplo, o Programa de Recursos Hídricos, e de outros planos nacionais, setoriais e transversais. Esse conjunto de diretrizes e regramentos se traduz em 4 eixos temáticos de atuação com seus respectivos objetivos e metas, que, por sua vez se desdobram em programas, projetos e ações da Agência.



PROGRAMAS QUE COMPOEM OS EIXOS

1. Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - Progestão;
2. Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - Procomitês;
3. Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas - Prodes
4. Programa Produtor de Água;
5. Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água - QUALIÁGUA;
6. Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas - PNQA;
7. Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF.

A Visão da ESTRATÉGIA

A nova estratégia da ANA está consubstanciada no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2023-2026.

O processo de revisão do PEI, ocorrido em 2022, foi realizado com a participação direta de gestores e servidores, num processo de reflexão crítica e debate participativo acerca do desafio de revisitar as ações realizadas no último ciclo, bem como avançar nos resultados entregues à sociedade à luz do rol ampliado de competências da Agência, com vistas a alcançar a sua visão de futuro.

A construção do Plano Estratégico 2023-2026 utilizou o modelo do Balanced Scorecard – BSC. Este foi adotado para garantir que os componentes da estratégia (objetivos, indicadores, metas e iniciativas) permaneçam alinhados e vinculados. O BSC é um instrumento flexível que possibilita o monitoramento contínuo do planejamento estratégico, permitindo à Alta Administração traduzir os objetivos estratégicos em um conjunto coerente de indicadores de desempenho, alinhar metas setoriais à estratégia e realizar revisões estratégicas periódicas e sistemáticas.

O Plano contempla:

20 objetivos estratégicos, desdobrados em:



Visão



Ser reconhecida como modelo de gestão e regulação de recursos hídricos e referência para o saneamento básico.

Valores Norteadores

- Integridade;
- Compromisso;
- Transparência;
- Excelência Técnica; e
- Cooperação



Missão



Garantir a segurança hídrica para o desenvolvimento sustentável do Brasil e contribuir para a universalização do saneamento básico.

Gestão de Eventos Críticos

OE 1 - Prevenir e minimizar os impactos de secas e inundações e promover medidas de adaptação às mudanças climáticas.

Segurança de Barragens

OE 2 - Fomentar a cultura de segurança de barragens por meio da regulação, coordenação e articulação junto aos demais fiscalizadores.

Recursos Hídricos

OE 3 - Assegurar a disponibilidade de água em padrões de quantidade e qualidade adequados para seus múltiplos usos por meio de uma gestão eficiente e integrada.

Saneamento Básico

OE 4 - Promover a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico pela população brasileira.

Resultados para a Sociedade

Informação e Comunicação

OE 5 - Aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração dos dados e das informações.

OE 6 - Fortalecer a imagem institucional da ANA gerando confiança e credibilidade.

Inovação

OE 7 - Aprimorar a experiência dos usuários, facilitando e ampliando o acesso aos serviços públicos oferecidos à sociedade por meio de canal digital.

OE 8 - Tornar mais eficientes os processos de trabalho que sustentam as atividades da ANA.

OE 9 - Promover um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento e inovação.

Gestão Integrada

OE 10 - Buscar a gestão integrada e participativa de recursos hídricos em áreas prioritárias.

OE 11 - Contribuir para a sustentabilidade financeira de infraestruturas hídricas.

OE 12 - Fortalecer o SINGREH considerando as diversidades regionais.

Regulação

OE 13 - Aprimorar o modelo de regulação com vistas à qualidade e segurança dos serviços.

OE 14 - Promover a gestão e regulação de recursos hídricos, segurança de barragens e a harmonização regulatória para o setor de saneamento básico.

Processos Internos

Governança

OE 15 - Aperfeiçoar o sistema de governança, gestão de riscos, de integridade, buscando benefícios da informação e proteção de dados.

OE 17 - Prover infraestrutura tecnológica e suporte logístico de alto desempenho.

Infraestrutura Corporativa

OE 18 - Executar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Pessoas

OE 19 - Promover a contínua melhoria no ambiente organizacional.

OE 20 - Implantar a gestão estratégica de pessoas.

Aprendizado e Crescimento

A VISÃO DA ESTRATÉGIA

COMO A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA APOIA O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em 2022, foi criada a Assessoria Especial de Governança (ASGOV) com o objetivo de aprimorar a governança corporativa da Agência.

Assim, para que a Alta Administração pudesse avaliar o resultado das ações, realizando correções de rumo, a ASGOV desenvolveu um novo modelo de monitoramento e avaliação da estratégia que permite a efetiva gestão dos resultados e o desempenho da ANA.

Para tornar o monitoramento um processo mais efetivo foi desenvolvido, pela ASGOV, o Sistema de Gestão Estratégica (SIGEST), que é uma ferramenta que permite a inserção dos dados em uma base estruturada, possibilitando o monitoramento da evolução da estratégia institucional.

Após a inserção dos dados no SIGEST, as informações estratégicas serão exibidas em um painel analítico e interativo, que tem como principal objetivo apresentar aos usuários, os dados quantitativos e qualitativos do progresso do planejamento estratégico.



Painel Estratégico



Sistema SIGEST

O PLANO DE GESTÃO ANUAL

A Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, estabelece a necessidade de as agências reguladoras publicarem a cada exercício o Plano de Gestão Anual (PGA), o qual deve ser alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico e contemplar as ações, os resultados e as metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão.

Dessa forma, o PGA representa um instrumento de planejamento operacional do exercício e contempla as metas e os recursos orçamentários necessários para alcançá-los. Seu conteúdo deve, essencialmente, contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais presentes no Plano Estratégico da ANA.

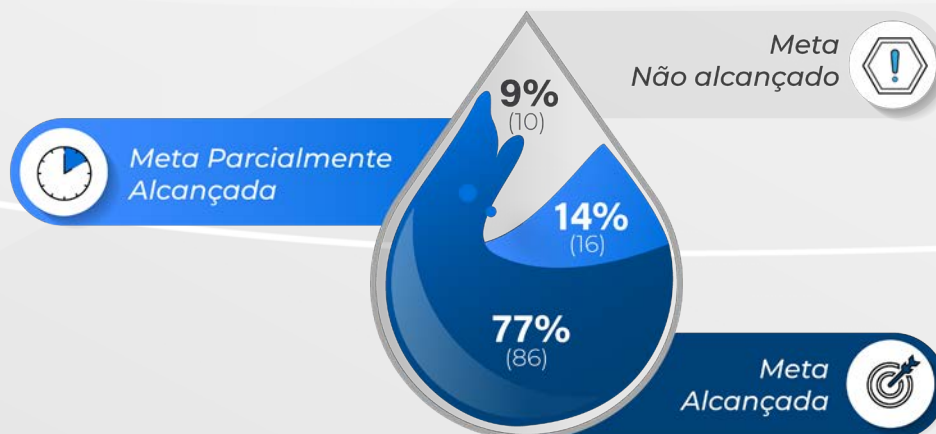
Assim, a sistemática que ampara o Plano de Gestão Anual se baseia na necessidade de aperfeiçoamento do uso dos recursos disponíveis à execução das estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Para apresentar os principais resultados alcançados pela ANA no ano de 2022, utilizamos as metas propostas no PGA 2022 e sua contribuição aos 11 objetivos estratégicos constantes do planejamento estratégico 2020-2022, que finalizou seu ciclo em 2022.

Os infográficos abaixo resumem em números os principais resultados alcançados:

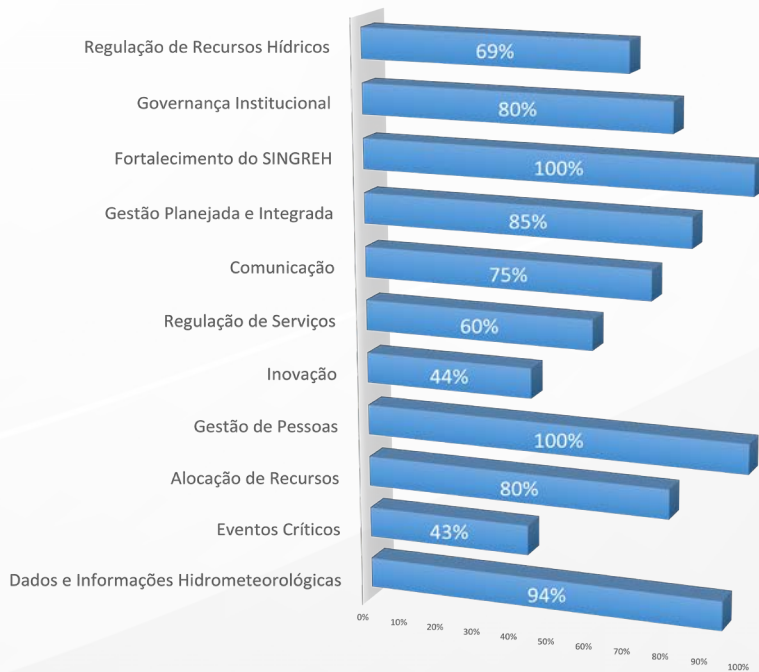
77% Desempenho Institucional



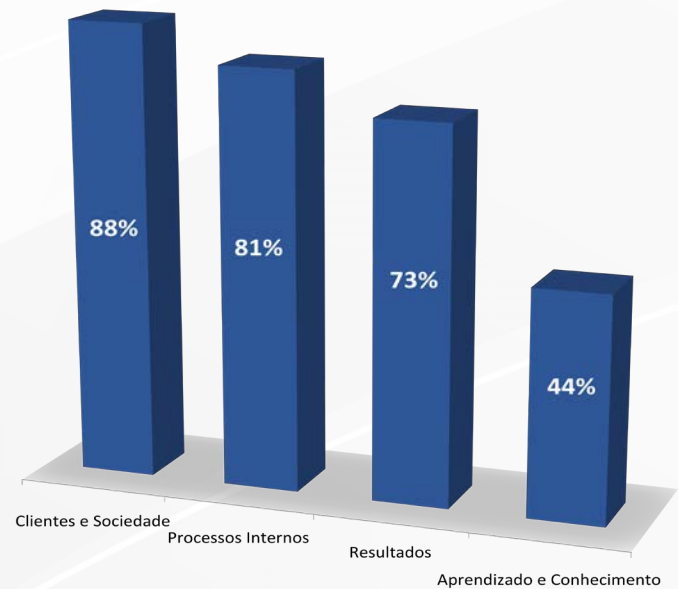
Desempenho das metas - PGA 2022

O PLANO DE GESTÃO ANUAL

Resultados por Objetivo Estratégico



Resultados por Perspectiva no Mapa Estratégico



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RESULTADOS

A seguir são apresentados os resultados obtidos pela ANA em 2022, alinhados aos 11 objetivos estratégicos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Prevenir e minimizar os impactos de eventos críticos.

Eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) decorrem, em sua maioria, de anomalias climáticas com impacto no comportamento dos rios e na acumulação dos reservatórios, mas também, podem ocorrer por razões outras, como aquelas causadas, em 2015, pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), e, em 2019, pela ruptura da barragem da Vale, em Brumadinho (MG).

A ANA acompanha a evolução dos reservatórios e sistemas hídricos prioritários para a gestão de eventos críticos no Brasil e apreende a realidade presente, os comportamentos passados e as tendências futuras que orientam

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

as suas avaliações, previsões e propostas de intervenção. A Agência, em sua atuação regulatória, define as condições de operação dos sistemas hídricos com o intuito de aumentar a segurança hídrica das bacias, garantir os usos múltiplos da água e ampliar a preparação para a ocorrência dos eventos hidrológicos críticos.

Principais realizações

Monitor de secas:

- Expandir o Monitor de Secas de 21 para 24 estados.

A expansão do Monitor de Secas foi concluída ainda em 2022 para os estados de Rondônia e Acre. No Amazonas, foram cumpridas diversas etapas, tais como: diagnósticos, treinamento, articulações e visitas presenciais realizadas.

- Realizar 2 eventos de capacitação no âmbito do Monitor de Secas: um de validação e outro de autoria.

Os eventos de capacitação de validação e de autoria foram realizados. Adicionalmente, houve um evento de capacitação de autoria na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos em novembro.

Eventos hidrológicos críticos:

- Definir cotas de inundação para os 34% das estações da rede de alerta que restam.

De 460 estações previstas, há 401 com cotas de inundação já definidas.

Outras Realizações a destacar

- Emissão de boletins diários, semanais e mensais de acompanhamento informando a evolução das chuvas, os níveis e a vazão dos principais rios, dos reservatórios e das bacias hidrográficas do país.
- Em 2022, foram realizadas 89 reuniões, sendo 53 nas Salas de Crise e 36 nas Salas de Acompanhamento.

A seguir, listamos os principais resultados alcançados em 2022 e as expectativas para 2023 em cada uma das salas de crise e de acompanhamento em funcionamento:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Salas
de Crises



Região SUL

Evento Crítico



A Região Sul iniciou 2022 com acúmulo de déficits hídricos e baixos níveis dos reservatórios de regularização em função da continuidade do cenário de prevalência de precipitações abaixo da média observada em boa parte de 2021. Em meados de março de 2022, houve inversão do cenário com aumento considerável da precipitação na região, ainda que de forma irregular em sua distribuição, que provocaram eventos de cheias.

Resultados Obtidos em 2022



Observou-se melhora significativa nos armazenamentos dos reservatórios em 2022 que, inclusive, operaram por um período para mitigação de impactos de cheia, com ocupação do volume de espera nos reservatórios de Passo Real, na bacia do rio Jacuí, e de Salto Santiago, na bacia do rio Iguçu. Ainda assim, mais de 100 municípios no interior do Rio Grande do Sul decretaram situação de emergência por seca.

Desafios em 2023



Com a continuidade do fenômeno do La Niña pelo terceiro ano consecutivo, é importante manter o acompanhamento hidrometeorológico e seus efeitos nos reservatórios e usos da água instalados na região, de modo a identificar medidas necessárias para responder ao déficit ou superávit hídrico na região. A sala segue como um ambiente de disponibilização de informações para subsidiar a tomada de decisão.

Paranapanema

Evento Crítico



Desde 2018, a bacia do rio Paranapanema vem enfrentando déficits de precipitação com impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios ali instalados.

Resultados Obtidos em 2022



Em 2022 houve uma melhora nas condições hidrometeorológicas da bacia que, aliada às flexibilizações de defluências mínimas, permitiu boa recuperação dos níveis dos reservatórios.

Desafios em 2023



Em 1º de janeiro de 2023, entrou em vigor a Resolução ANA N° 132/2022 que estabeleceu condições de operação para os reservatórios do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema. Em 2023, as reuniões passam a acontecer no âmbito da Sala de Acompanhamento e não mais na Sala de Crise.

Doce (cheia)

Evento Crítico



Com a ocorrência de fenômenos de ZCAS (Zona de Convergência do Atlântico Sul) ativos no período chuvoso de 2021/2022, foram observadas precipitações acima da Média de Longo Termo (MLT) na bacia do rio Doce, principalmente, entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022.

Resultados Obtidos em 2022



Foi realizado o acompanhamento do período chuvoso, promovendo a articulação e o compartilhamento da melhor informação disponível, notadamente do sistema de alerta existente operado pela CPRM com apoio da ANA. Os municípios mais afetados com a cheia estão localizados entre as cidades de Governador Valadares-MG e Linhares-ES, na foz da bacia.

Desafios em 2023



O período chuvoso 2022/2023 apresenta as mesmas características de precipitação do período anterior, com chuvas acima da média no mês de janeiro. Para os próximos meses as previsões meteorológicas apontam para chuvas na média ou um pouco abaixo desta, o que indica uma condição de normalidade, porém com monitoramento pela Sala de Crise.

Pantanal

Evento Crítico



Devido ao histórico de chuvas abaixo da média nos últimos anos a região do Alto Paraguai, que inclui o Pantanal, vem sofrendo de forma recorrente com vazões e níveis abaixo da média para a época, impactando diversos usos da água na região.

Resultados Obtidos em 2022



Foi feito o acompanhamento da estiagem no Pantanal de agosto a novembro de 2022, quando começaram as chuvas.

Desafios em 2023



O período chuvoso tem se mostrado abaixo da média climatológica até janeiro/2023. Será importante manter o acompanhamento da transição do período seco para o chuvoso, entre setembro e outubro de 2023, período mais crítico em termos de níveis d'água dos rios.

Bacia do Rio Parnaíba (cheia)

Evento Crítico



Precipitações consideravelmente acima da média no período de dezembro de 2021 a abril de 2022 o que provocou elevação dos níveis em praticamente todos os pontos de controle do sistema de alerta da bacia do rio Parnaíba.

Resultados Obtidos em 2022



O reservatório de Boa Esperança operou com defluências abaixo da restrição para proteção contra inundações nas cidades de Floriano e Teresina, chegando a ocupar o volume de espera para controle de cheias. Previsões hidroclimáticas e o sistema de alerta existente operado pela CPRM com apoio da ANA permitiram acompanhamento da evolução dos níveis dos pontos de controle do Sistema de Alerta Contra Cheias.

Desafios em 2023



Avaliar o comportamento da precipitação na bacia do rio Parnaíba em função do provável fim do fenômeno do La Niña que tem correlação com precipitações acima da média na região Nordeste. Além disso, monitorar a operação do reservatório da UHE Boa Esperança.

Madeira (estiagem)**Evento Crítico**

Dada a situação de vazante acentuada observada no rio Madeira, com demanda por parte de vários usuários envolvidos com a navegação, foi instalada uma sala de crise de estiagem em julho/2022, com reuniões até outubro, quando iniciaram as chuvas.

Resultados Obtidos em 2022

Apesar do rio atingir níveis mínimos históricos em Porto Velho e Humaitá, devido aos níveis mais altos observados no rio Amazonas, o trecho baixo do rio Madeira ficou mais remansado e ajudou a navegação. No trecho mais alto, as dragagens feitas pelo DNIT garantiram a navegação, embora com restrições de calado.

Desafios em 2023

Acompanhar o período chuvoso em curso e a transição para o período seco para avaliar a necessidade de nova sala de crise em função da estiagem a partir de julho/2023.

Madeira (cheia)**Evento Crítico**

Diante dos elevados acumulados de precipitação na bacia hidrográfica do Rio Madeira até a cidade de Porto Velho-RO, do final do ano de 2021 até janeiro de 2022, e da rápida subida do nível d'água no local, foi instalada a sala de crise da cheia.

Resultados Obtidos em 2022

Foi feito o acompanhamento em 3 reuniões mensais de janeiro a março de 2022, mas o período chuvoso que iniciou um pouco acima da média acabou terminando com chuvas abaixo da média e de forma antecipada. Tal fato gerou um alerta para a estiagem.

Desafios em 2023

Acompanhar as chuvas do atual período úmido, de forma a observar se há probabilidade de inundações ao longo do rio Madeira.

Bacia do Rio São Francisco (cheia)**Evento Crítico**

Precipitações consideravelmente acima da média no período de novembro/21 a março/22 com rápida ascensão dos volumes dos reservatórios.

Resultados Obtidos em 2022

Ocupação dos volumes de espera dos reservatórios para controle de cheias e operação para que os níveis tangenciassem esse limite. Foi realizada ampla divulgação das informações quanto à operação dos reservatórios de forma a evitar impactos adicionais. O volume de espera de Sobradinho foi revisto pelo ONS para permitir melhor recuperação do reservatório ao final do período chuvoso.

Desafios em 2023

Avaliar o comportamento da precipitação na bacia do rio São Francisco em função do provável fim do fenômeno do La Niña, que tem correlação com precipitações acima da média na região Nordeste. Além disso, monitorar a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco. Discutir os volumes de espera de Sobradinho e Itaparica para permitir melhor recuperação do reservatório ao final do período chuvoso.

Baixo Tocantins (cheia)**Evento Crítico**

Precipitações em janeiro de 2022 no baixo Tocantins foram consideravelmente acima da média, o que acarretou vazões que ficaram mais do que duas vezes maiores que a média para o período.

Resultados Obtidos em 2022

Reservatório de Serra da Mesa operou com defluências minimizadas e Tucuruí, que estava com armazenamento próximo aos 100%, abriu seus vertedouros desde o início de janeiro de 2022.

Desafios em 2023

Monitorar a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins.



Salas de Acompanhamento

São Francisco

Sistema Hídrico



Sistema Hídrico do Rio São Francisco

Resultados Obtidos em 2022



Com acumulados de precipitação acima da média, os reservatórios da bacia do rio São Francisco foram operados para controle de cheias no início de 2022. Além disso, no início do período seco, os reservatórios estavam com o armazenamento em situação consideravelmente mais confortável que a observada nos anos anteriores.

Desafios em 2023



Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco segundo a Resolução ANA nº 2081/2017. Foram observados, no início de 2023, níveis de armazenamento dos reservatórios muito melhores que os observados nos últimos anos.

Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul (GAOPS)

Sistema Hídrico



Sistema Hidráulico Paraíba do Sul

Resultados Obtidos em 2022



De forma geral, observou-se melhora nos armazenamentos dos reservatórios quando comparado com a situação de 2021. O Reservatório Equivalente da Bacia do Rio Paraíba do Sul esteve acima da curva de segurança durante todo o período seco. Equacionamento de problemas na captação de água da cidade de Jacareí de modo a permitir a redução de defluências e preservar volumes dos reservatórios.

Desafios em 2023



Acompanhar as condições de operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul que inicia 2023 com a melhor situação de armazenamento do reservatório equivalente da bacia dos últimos 7 anos.

Tocantins

Sistema Hídrico



Sistema Hídrico do Rio Tocantins

Resultados Obtidos em 2022



Serra da Mesa teve um aumento de 30,54% de seu volume útil, o maior ganho dos últimos 10 anos.

Desafios em 2023



Acompanhar a operação do Sistema Hídrico do Rio Tocantins sob as condições definidas na Resolução ANA nº 70/2021, que iniciou 2023 com o maior armazenamento de Serra da Mesa para este período desde a entrada em operação do reservatório.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória dos usos de recursos hídricos.

A regulação e a fiscalização têm o objetivo de assegurar o controle qualitativo e quantitativo da água, garantir o seu acesso para os diferentes usuários e controlar o cumprimento das condições estabelecidas para a obtenção do recurso hídrico.

Esse resultado compreende a regularização da utilização de recursos hídricos por meio da emissão de **outorgas de direito de uso de recursos hídricos**, da **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)**, do certificado de uso insignificante ou certificado de uso não sujeito à outorga e da definição das condições de operação de sistemas hídricos.

Com essa finalidade, são editados normativos para estabelecer os critérios e as regras da utilização da água, equacionar eventuais conflitos a fim de incentivar o uso racional, bem como disciplinar o acompanhamento, o controle e a **fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União**.



Principais Realizações

Regulação de usos de recursos hídricos:

- Avaliar 200 usuários para fins de identificação de inatividade de uso de água.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

147 usuários com inatividade foram identificados e documentados nas bacias dos rios Pardo, Alcobaça, São Marcos, Paranã, Urucuia, Javaés e Quaraí.

- Concluir a análise técnica de 90% dos pedidos de outorga recebidos.

Dos 4.411 pedidos de outorgas recebidos, 3.603 foram analisados, ou seja, 82%. Ressalta-se que esse valor incluiu a revogação de outorgas para a finalidade de tanque-rede para a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP).

- Promover iniciativas para fomentar a sustentabilidade de infraestrutura hídrica da União em Sistemas Hídricos Locais (SHL) prioritários.

Em consolidação, há uma proposta de Acordo de Cooperação Técnica enviada às prefeituras e secretarias municipais e estaduais que puderam contribuir com o tema.

- Realizar alocações de água em cerca de 40 Sistemas Hídricos Locais (SHL) e delegação para os estados onde cabível.

Foram realizadas as alocações de água em 40 Sistemas Hídricos Locais (SHL)

- Realizar estudo para avaliar as alternativas para flexibilizar as restrições operativas das usinas hidrelétricas decorrentes de usos múltiplos.

Há estudos de dois casos em andamento: UHE Três Marias e UHE Funil, sendo que esta possui uma nota técnica em fase final de elaboração. A evolução da meta foi suspensa por questões técnicas e sua continuidade será reavaliada em 2023.

Acompanhamento dos usos de recursos hídricos:

- Verificar o cumprimento de condições de operação e reenchimento de reservatórios de usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional (SIN) definidas em outorgas ou resoluções da ANA.

A Nota Técnica n.º 14/2022/CFISP/SFI, formaliza o cumprimento da meta, referente ao período chuvoso 2021/2022, de 1/10/2021 a 30/4/2022.

Regulação de segurança de barragens:

- Classificar 50 barragens a partir da estimativa de sua altura e volume.

A ANA classificou 48 barragens em 2022.

- Publicar o Relatório de Segurança de Barragens (RSB) 2021.

O Relatório de Segurança de Barragens 2021 foi publicado em julho de 2022.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Definição de condições de operação de sistemas hídricos:

- Definir condições de operação de reservatórios para 3 sistemas hídricos: Paranapanema, Grande e Paranaíba.

No âmbito do Sistema Hídrico do Rio Paranapanema, publicou-se a Resolução ANA n.º 132/2022. Nos demais sistemas hídricos (rios Grande e Paranaíba), houve reuniões técnicas com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e há planos de contingência e resoluções com condições de operação temporárias, válidas até abril/2023. A elaboração de normas sobre condições permanentes de operação nesses sistemas requer mais debates com os diversos atores envolvidos, reagendas para 2023.

Transparência do balanço hídrico:

- Integrar procedimentos e critérios de outorga em bacias interestaduais (Ação 2.1.1.1-PNRH/São Marcos, Goiás e PNRH).

A integração de procedimentos e critérios de outorga em bacias interestaduais continuou avançando, tanto na bacia do São Marcos, como nos estados de Goiás e Minas Gerais. Foi concluída a adaptação do sistema REGLA para a regularização dos usos sujeitos a outorga na bacia do São Marcos. Entretanto, por uma decisão dos dirigentes dos órgãos gestores, o processo de regularização foi adiado para a realização de uma auditoria nos dados dos requerimentos de outorga enviados anteriormente. Com relação aos estados, avançou-se na elaboração da nova base hidrográfica e aguarda-se a adoção de providências por parte dos estados.

Fiscalização de segurança de barragens:

- Verificar e exigir dos empreendedores das barragens avaliadas com o Nível de Perigo Global da Barragem (NGPB) alerta ou emergência, ou classificadas como de alto risco e alto dano potencial associado, o cumprimento da legislação de segurança de barragens quanto à execução de inspeções regulares e elaboração de planos de segurança.

Há 37 barragens que se enquadram nos critérios da meta e 40,5% foram contempladas com o Plano de Segurança de Barragens (PSB) e 59,5% com a Inspeção de Segurança Regular (ISR).

Fiscalização de usos de recursos hídricos:

- Verificar, por meio de imagens de satélite, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

de usuários que representam 80% da demanda total outorgada ao longo do rio Piranhas-Açu (PB/RN), no entorno do açude Boqueirão (PB) e na bacia do rio São Marcos (MG/GO/DF).

O mapeamento de área irrigada no Alto Piranhas (PB/RN) demonstrou 810 empreendimentos mapeados, cobrindo 100% das outorgas. No Açude Boqueirão (PB) foi finalizado o cadastro georreferenciado no entorno do açude e identificados 374 empreendimentos e 420,8 hectares de áreas irrigadas, cobrindo 100% dos usuários outorgados ou de uso insignificante. Na bacia do rio São Marcos (MG/GO) não houve mapeamento via imagem de satélite, contudo há trabalho de cadastro georreferenciado em andamento.

- Verificar, por meio de monitoramento via DAURH, DeclaraÁgua ou telemetria, o cumprimento de limites estabelecidos nas regras vigentes de uso de recursos hídricos, do conjunto de usuários que representam 80% da demanda total outorgada em corpos hídricos de domínio da União em bacias críticas ou prioritárias: Javaés (TO/GO), Verde Grande (MG/BA), Pardo (Machado Mineiro - MG/BA), São Marcos (MG/GO/DF), Paraíba do Sul (RJ), PCJ (SP), São Francisco (MG/BA) e Doce (MG/ES).

O índice de monitoramento nas bacias críticas ou prioritárias por meio da Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos (DAURH), Declara Água ou telemetria aumentou para 77,95%.

- Realizar o levantamento de áreas irrigadas por meio de imagens de satélite para apoiar o cadastro georeferenciado, a regularização e o monitoramento na bacia hidrográfica do Rio Preto (GO/DF).

Firmado contrato para fornecimento de imagens de satélite de altíssima resolução espacial em localidades selecionadas em todo território nacional. Em decorrência da alta cobertura de nuvens na região da bacia do Rio Preto, o mapeamento das áreas irrigadas foi prorrogado para 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a efetividade e eficiência regulatória.

A ANA, além de regular o bem público que é o uso da água, também regula os serviços públicos de irrigação (se em regime de concessão) e adução de água bruta. Atualmente, o projeto regulado é **Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (PISF)**.

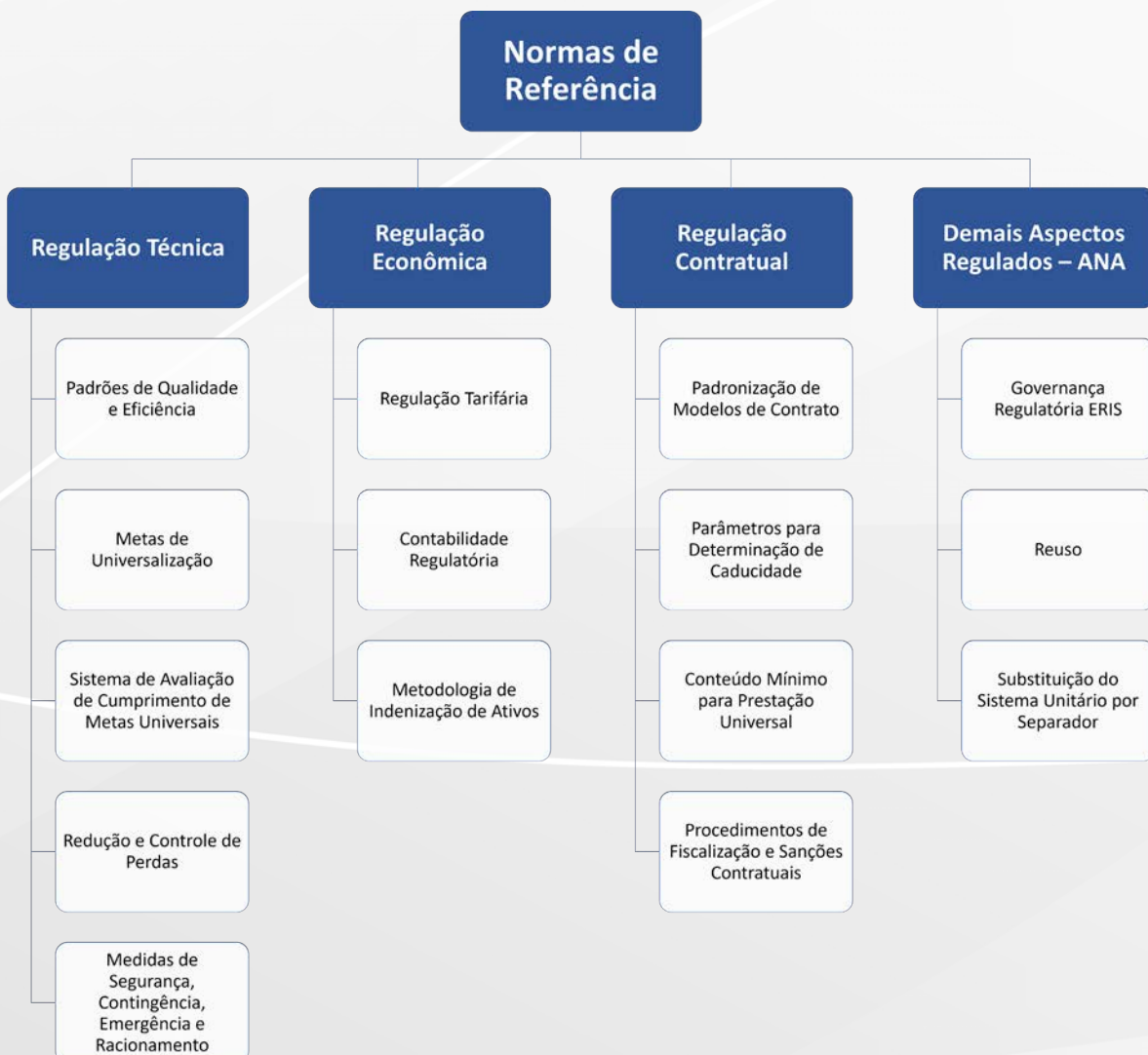
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Para os serviços de saneamento básico a ANA é responsável pela edição de NRs com o objetivo de promover a harmonização regulatória do setor. A regulação dos serviços é de responsabilidade das agências infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais), que por adesão incorporam as normas da ANA em seu arcabouço regulatório. O ambiente regulatório mais harmônico contribui para o alcance da universalização dos serviços.

A ANA também tem a atribuição de promover a **capacitação** dos atores envolvidos na regulação do setor de saneamento nas esferas municipal, intermunicipal, distrital e estadual. Além disso, quando solicitada, a ANA terá a atribuição de realizar a mediação e arbitragem de conflitos entre o poder concedente, o prestador de serviços de saneamento e a agência que regula tais serviços prestados.

Conforme a Lei nº 14.026/2020, a ANA tem o papel de emitir normas de referência sobre:



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Fiscalização de Serviços de Parcerias Público-Privadas e Adução de Água Bruta:

- Verificar o cumprimento do Plano de Gestão Anual do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PGA/PISF) com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

As Notas Técnicas n.º 18/2022/CFISP/SFI-ANA e n.º 19/2022/CFISP/SFI-ANA tratam, no Eixo Norte e Eixo Leste, respectivamente, da análise da execução do Plano de Gestão Anual 2021 do PISF e da apuração, quando possível, de alguns indicadores de desempenho.

Normas de Referência para o Setor de Saneamento:

- Implementar 80% das ações previstas no Plano de Adaptação da ANA.

Com o novo Regimento Interno (Resolução ANA n.º 136, de 07 de dezembro de 2022) a ANA agrupou superintendências para otimizar e coordenar os esforços no processo de elaboração das normas de referência relativas ao saneamento básico. O quadro de pessoal ainda é insuficiente para os desafios da área, porém, firmar parcerias com diversas instituições para a contratação e a realização dos estudos deve suprir, em parte, a carência de pessoal, trazendo a qualidade e o aprofundamento temático necessários às normas de referência. Os desafios que se impõem, portanto, são a capacitação e ambientação dos servidores ao novo contexto institucional e a gestão das parcerias firmadas com estudos contratados. Vale ressaltar que ainda não foi autorizada a realização de concurso público para a ANA que é de extrema importância frente a todas as suas atribuições e ao cenário crescente do número de aposentadorias na instituição.

- Realizar 10 estudos sobre os componentes do saneamento básico.

Há 12 estudos contratados dos quais 10 estão em andamento e 2 finalizados. Há também um estudo transversal que contribuirá com todas as metas da Agenda Regulatória.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar coleta e difusão contínua de dados quali-quantitativos confiáveis e informações úteis à sociedade.

Informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos hídricos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

superficiais e subterrâneos são necessárias à sociedade e aos diversos setores econômicos. Entes governamentais e agentes privados planejam e decidem os seus investimentos tanto em curto quanto em longo prazo com base nessas informações. A ANA disponibiliza em uma única base de dados, acessível a todos, as informações atualizadas e consistentes sobre o monitoramento hidrológico, que também a subsidiam nos seus processos e no alcance dos resultados institucionais, como:

- a. Eventos críticos prevenidos e os seus impactos minimizados;
- b. Atuação articulada com as políticas e os planejamentos dos setores usuários e das instituições relacionadas à gestão dos recursos hídricos;
- c. Instrumentos implementados de forma integrada na bacia;
- d. Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) fortalecidos; e
- e. Usos dos recursos hídricos e serviços regulados e fiscalizados.

Principais Realizações:

Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional:

- Disponibilizar 40 Curvas Cota Area Volume (CAV) atualizadas dos reservatórios das UHEs despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

38 Curvas CAV das usinas despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) foram disponibilizadas.

- Disponibilizar 90% dos dados recebidos para inserção no Sistema HIDRO - Telemetria.

Novos dados referentes à Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), encaminhados pelas entidades operadoras das estações da ANA, foram inseridos no Sistema HIDRO.

- Executar 60% do plano de operação anual da rede hidrometeorológica mantida pela ANA (inserção de variáveis hidrológicas no banco de dados HIDRO).

A apuração desta meta é feita com base em período retroativo, em função do lapso regular de mais ou menos três meses, entre a execução da operação das estações hidrometeorológicas convencionais e a publicação dos dados correspondentes no Sistema HIDRO. Assim, de outubro de 2021 a setembro de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

2022, foram processados 74% dos produtos do programa de operação da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), entre boletins pluviométricos, boletins fluviométricos, dados de qualidade da água, medições de descarga líquida, medições de descarga sólida e levantamento de perfis transversais dos corpos hídricos nos locais correspondentes às estações hidrológicas.

- Garantir que 75% das estações da rede do setor elétrico transmitam dados em tempo real.

Das 2.319 estações hidrológicas que devem transmitir os dados em tempo real, 2.119 estão com a transmissão regular, ou seja, 91%.

- Manter 70% das estações da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR) operando regularmente (dados hidrológicos das estações automáticas/telemétricas publicados em tempo real).

Através do monitoramento das estações da ANA, foram publicados no Sistema HIDRO - Telemetria 93% dos dados telemétricos de chuva e do nível de cursos d'água.

Gestão da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade de Água (RNQA):

- Cumprir 80% das metas de parâmetros previstos nos contratos do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua).

De acordo com os documentos encaminhados pelos Estados (instituições executoras) para fins de certificação das metas e pagamento de prêmios, foram determinados 24073 parâmetros em estações da Rede Nacional de Qualidade da Água - RNQA, integrantes do Qualiágua, de 25933 previstos, o que corresponde a 93% do quantitativo de parâmetros previstos para o terceiro quadrimestre (UFs: AL, ES, MA, MS, PA, RO, SC, SE, SP).

- Cumprir 90% das metas de visitas às estações previstas nos contratos Qualiágua.

De acordo com os documentos encaminhados pelos Estados (instituições executoras) para fins de certificação das metas e pagamento de prêmios, foram visitadas 1489 estações da RNQA, de 1603 previstas, o que corresponde a 93% das visitas previstas para o terceiro quadrimestre (UFs: AL, ES, MA, MS, PA, RO, SC, SE, SP). Considerando todo o ano de 2022, foram realizadas 77% das visitas previstas, o que corresponde a 85% da meta (90%).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Fiscalizar a execução de 25% dos contratos do Qualiágua.

Dos 13 contratos do Qualiágua vigentes, 3 receberam visitas de fiscalização: Amazonas, Espírito Santo e Alagoas, ou seja, 23% dos contratos fiscalizados.

- Realizar 1 ensaio de proficiência por intercalibração laboratorial no âmbito do Qualiágua.

O ensaio de proficiência por intercalibração laboratorial foi realizado.

Consistência de Dados Fluviométricos:

- Realizar a consistência de dados fluviométricos de 500 estações para o período de 2015 a 2021.

Realizada a consistência de dados de 509 estações fluviométricas, referente ao período de 2015 a 2021 - Contrato n.º 01/2022/ANA.

Gestão da Informação Sobre Recursos Hídricos:

- Disponibilizar no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) todos os temas do Portal e atualizar 30% deles (requer atualização anual).

A atualização dos temas do SNIRH a partir do conteúdo do Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021 (Relatório Pleno) e a publicação de novos conjuntos de dados relacionados às mudanças climáticas e às crises hídricas foram concluídas.

- Publicar o estudo “Mudanças Climáticas e os Recursos Hídricos”.

O estudo está em fase final de produção textual e editoração. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o estudo “Qualidade das Águas do Brasil”.

O estudo está em fase de revisão textual e diagramação. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o estudo “Quantidade de Águas Superficiais do Brasil”.

O estudo está em fase de análise dos resultados e produção textual. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB):

- Implantar o novo Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB).

O Novo SNISB foi remodelado para facilitar o acesso e dar transparência às informações disponíveis sobre mais de 24 mil barragens cadastradas. O módulo “cidadão” foi lançado e os módulos “fiscalizador” e “empreendedor” estão previstos para 2023.

Incorporar o Monitoramento de Água Subterrânea na RHN:

- Iniciar a operação de 20 pontos de monitoramento piezométrico na bacia do rio São Francisco e armazenar os dados na base da Rede Hidrometeorológica Nacional (RNH).

Há 19 poços de monitoramento perfurados, sendo 10 na bacia do Verde Grande e 9 na bacia do Carinhanha. Foram instaladas 10 Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) nos poços do Verde Grande e 8 na bacia do Carinhanha, e realizados os testes de transmissão de dados por satélite para o Hidroweb/ANA.

Sistema de Acompanhamento de Reservatórios:

- Disponibilizar 80% dos dados dos reservatórios do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR) com defasagem máxima de 10 dias.

82,27% dos dados do SAR são atualizados com frequência de até 10 dias da data da consulta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Comunicar de forma efetiva e transparente a atuação da ANA.

São diretrizes da Comunicação Social e Institucional da ANA:

- Destacar o papel da Agência em garantir a segurança hídrica e proporcionar o desenvolvimento regional através da água.
- Divulgar as atribuições da ANA junto a diversos públicos, e alcançar novos públicos, de forma a informar ao maior número de pessoas, o que a ANA faz.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Informar sobre a atribuição da ANA na criação das normas de referência para o Saneamento Básico, inclusive sobre como essa atribuição está ligada à promoção da segurança hídrica.
- Identificar e valorizar boas práticas no setor de águas/saneamento, seja através do Prêmio ANA ou através de outras ações comunicacionais e parcerias.
- Comunicar as atribuições da ANA para a garantia dos usos múltiplos da água e engajar parceiros nessa missão.
- Integrar mensagens interna e externa, somando-as para consolidar a marca ANA.
- Criar mensagens customizadas para cada ação de comunicação, nos canais adequados.
- Inspirar e engajar pessoas em prol dos objetivos estratégicos da ANA.
- Humanizar a comunicação institucional, através da adoção da Linguagem Simples.
- Criar mensagens customizadas para cada ação de comunicação, nos canais adequados.
- Inspirar e engajar pessoas em prol dos objetivos estratégicos da ANA.
- Humanizar a comunicação institucional, através da adoção da Linguagem Simples.

Slogan:
#AÁguaÉUmaSó

Posicionamento:
“Da nascente à foz, há 20 anos a ANA cuida do desenvolvimento do País”

Valores da Comunicação Social e Institucional

Clareza
Transparência
Simplicidade
Parceria
Proatividade

Credibilidade
Motivação
Criatividade
Paixão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Plano de ação de Linguagem Simples:

- Implementar o Plano de Ação em Linguagem Simples com foco na atuação regulatória.

O Plano de Ação de Linguagem Simples (2022) reuniu 23 ações agrupadas em quatro frentes de atuação, a saber: identificar e valorizar; disseminar; capacitar e simplificar. Sua implementação superou 81% das ações programadas, além de realizações adicionais ao plano. A ANA tem se mostrado como uma referência na Administração Pública sobre a aplicação do tema e é, constantemente, procurada por instituições federais, estaduais e municipais. Há também o reconhecimento por organismos internacionais como o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que convidou a Agência para elaborar um artigo sobre a linguagem simples que irá compor o Manual de Boas Práticas Regulatórias, iniciativa pioneira em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) que será publicado em 2023.

Plano de Comunicação Integrada:

- Elaborar e implementar 60 % do Plano de Comunicação Integrada alinhado ao plano estratégico institucional.

Plano elaborado e 85% das ações implementadas.

- Elaborar e implementar a Política de Comunicação da ANA.

Minuta de Política elaborada e aguardando deliberação DIREC.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

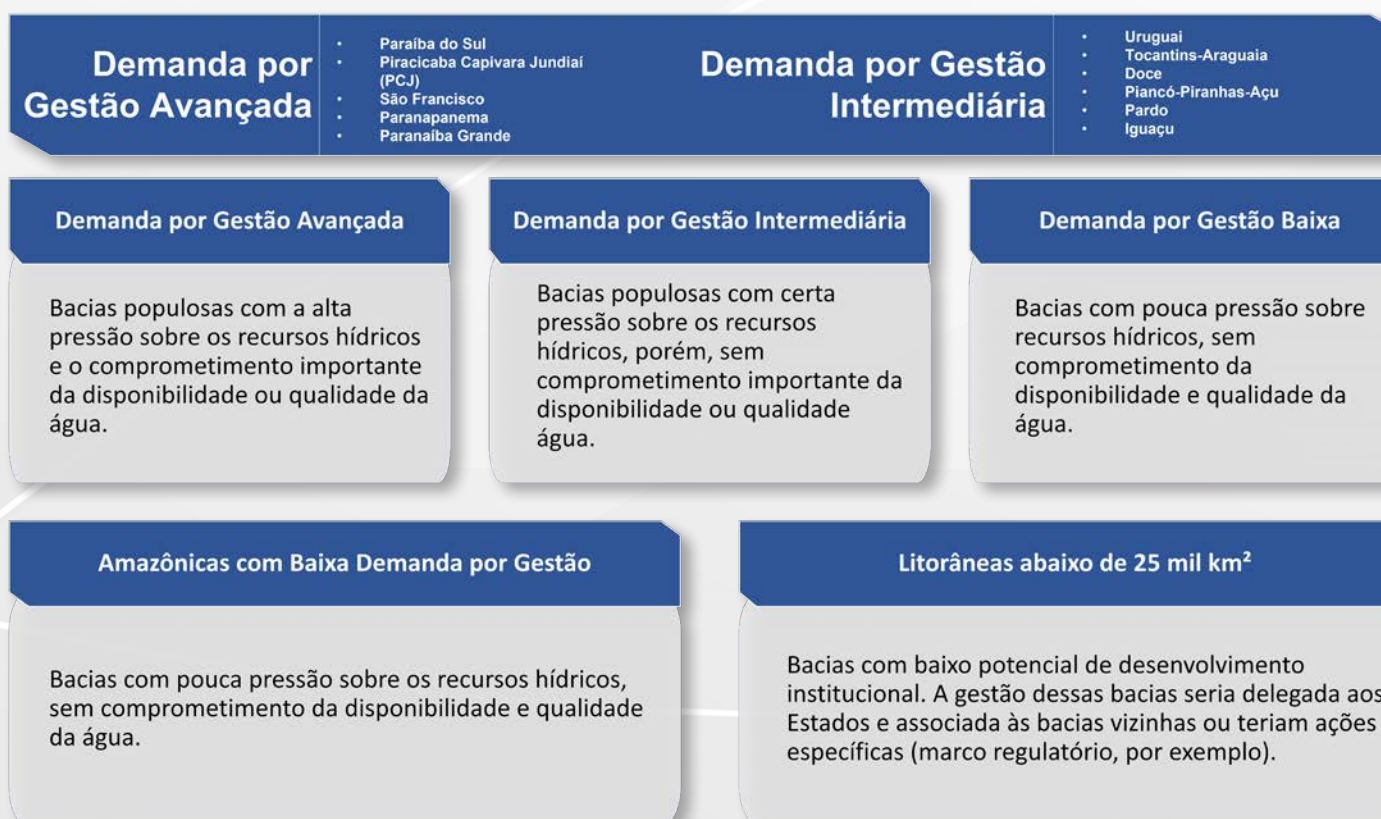
RESULTADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alcançar a gestão planejada e integrada de recursos hídricos em áreas prioritárias.

A Política Nacional de Recursos Hídricos define a bacia hidrográfica como a unidade territorial, a escala de implementação e de atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Considerando um conjunto de critérios econômicos, sociais, hidrológicos, climáticos e de desenvolvimento, é possível categorizar as bacias hidrográficas segundo o índice de demanda por gestão conforme quadro a seguir.

A ANA priorizou, em 2022, a atuação nas bacias que demandam gestão avançada e intermediária.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Projetos Indutores:

- Atuar na implementação de 5 projetos indutores em áreas prioritárias.

Realização de contratos de repasse celebrado com a Caixa Econômica Federal (CEF) em: 1. SAAE Oliveira - Projeto Rio Jacaré Vivo - Bacia do Rio Grande; 2. Ubá – Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul - Produtores de Água de Ubá; 3. Tapira - Projeto Manancial Tapireense – BH Paranaíba; 4. São Roque de Minas – Bacia Hídrica no Rio São Francisco; e 5. Rede Nascentes do São Francisco.

- Elaborar as especificações técnicas necessárias ao desenvolvimento de estudo de avaliação do potencial regional de reúso de água.

As especificações técnicas para a contratação do estudo de avaliação do potencial de reúso na bacia do rio Piancó Piranhas-Açu foram incluídas no âmbito do Manual Operativo (MOP) do plano.

- Estabelecer as diretrizes para um programa de pagamento por resultados com foco no uso sustentável da água, tendo como base a experiência com o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES).

A consultoria contratada para realizar a avaliação do Prodes apontou subsídios importantes a serem observados no caso de um redesenho do programa, porém, para que se possa propor diretrizes de um novo programa de pagamento por resultados, ainda são necessárias definições de caráter estratégico.

Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos:

- Definir áreas relevantes para a Gestão Integrada Rio-Aquífero em 3 (três) bacias prioritárias.

Definidas as bacias prioritárias para a implementação da avaliação: São Francisco, Paranapanema e Rio Grande. Foram calculadas as vazões singulares para proceder as delimitações das áreas relevantes para a gestão integrada rio/aquífero.

Projeto de Cooperação Internacional:

- Elaborar o relatório sobre a situação da qualidade da água na Bacia Amazônica no âmbito do Projeto GEF Amazonas em parceria com a OTCA e ABC/MRE.

O relatório foi finalizado e encaminhado ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Apoiar e coordenar novas iniciativas e parcerias internacionais; Memorando de Entendimento (MoU) Austrália; Protocolo de Intenções com o Reino Unido; MoU Colômbia; Parceria ANA/BIRD/Índia; Participação da ANA em eventos internacionais como o Fórum Mundial da Água e a Semana de Estocolmo; Participação na Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA) e na Rede de Diretores de Recursos Hídricos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Apoio nas tratativas com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (USACE) e com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS).

Principais atividades realizadas: a) Participação na 17ª Reunião da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre “Iniciativa de Governança da Água”, Haia/Holanda; b) Visita técnica para conhecimento das boas práticas de gestão de resíduos sólidos e de governança de consórcios intermunicipais na França; c) Treinamento sobre Mudanças Climáticas: Adaptação, Mitigação e Resiliência; d) Visita técnica aos Estados Unidos da América (EUA) com foco em uso de água e solo, no contexto do Contrato com o Serviço Geológico do Brasil; e) Missão ANA técnico-institucional a Portugal, no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); f) Evento de capacitação sobre Hidrologia Espacial, em Toulouse/França; g) Participação em reunião do Conselho Mundial da Água e em evento no Cairo, Egito; h) Participação na XXIII CODIA (Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água), realizada em Punta Cana/República Dominicana; i) Participação no evento “Desafios do Desenvolvimento: Investimentos em Infraestrutura”, do Fórum de Integração Brasil-Europa (FIBE), em Lisboa/Portugal; j) Participação no evento Cúpula das Nações Unidas sobre Águas Subterrâneas” e “9ª Assembleia Geral do Conselho Mundial da Água”, em Paris/França; k) Participação de evento técnico da Organização Meteorológica Mundial, Genebra/Suíça; entre outros eventos.

- Coordenar e apoiar a implementação das atividades dos 8 projetos bilaterais com países em desenvolvimento; 1 projeto regional/Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); 1 projeto multilateral/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e 1 projeto bilateral com país desenvolvido (França).

Atividades realizadas: a) Videoconferência: Suriname e Argentina; b) Missões internacionais: Argentina, Peru e Portugal; c) Missões nacionais: República Dominicana, El Salvador, Bolívia, Paraguai, e na Comunidade dos Países de Lín-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

gua Portuguesa (CPLP); e d) Reuniões com o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (SE-CPLP) e o Saneamento e Água para Todos (SWA) para buscar a estruturação de informações sobre a segurança hídrica dos países membros da Comunidade.

- Implementar a parceria com a Universidade das Nações Unidas - Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde para promover o alcance das metas do ODS 6 no Brasil e na CPLP (utilização da ferramenta Sistema de Apoio às Políticas do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 (SSP-ODS6); repasse da experiência para países da CPLP; articulação do tema com países latino-americanos).

Foram entregues os 6 produtos contratados através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para realizar a diagramação e editoração da publicação que trata sobre a experiência brasileira na utilização da ferramenta SSP-ODS 6 em parceria com a Universidade das Nações Unidas – Instituto da Água, Meio Ambiente e Saúde (UNU-INWEH) que constituirá em modelo para os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A publicação foi traduzida do português para os idiomas inglês e espanhol e será disponibilizada em 2023.

Avaliação de Planos de Recursos Hídricos:

- Monitorar e/ou avaliar 5 Planos de Recursos Hídricos de Bacias Interestaduais (BRH).

Planos de Recursos Hídricos de Bacias Interestaduais (PRHs) monitorados: Paranapanema, Piancó-Piranhas-Açu, Paraguai, Grande, Paraíba do Sul e Verde Grande.

Elaboração de Planos:

- Publicar a revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O Plano de Ações foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu. O encarte com os principais resultados da revisão e a versão preliminar editorada foram realizados. Restam alguns ajustes finais para envio ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar a revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema.

O plano de ações foi aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema. O encarte com os principais resultados da revisão e a versão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

preliminar editorada foram realizados. Restam alguns ajustes finais para envio ao Comitê de Editoração da ANA. Conclusão prevista para 2023.

- Publicar o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Elaborada a proposta do plano de ações do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce (PIRH Doce) e disponibilizada para discussão interna nos órgãos gestores. Resta a pactuação e priorização das ações pelos executores envolvidos e aprovação do plano consolidado pelos Comitês de Bacias Hídricas (CBHs). Conjuntamente, a proposta de enquadramento e os respectivos programas de efetivação estão sendo elaborados para a bacia do rio Doce. Conclusão prevista para 2023.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a sustentabilidade institucional dos entes do SINGREH considerando as diversidades regionais.

A ANA é a principal entidade federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e as suas competências são exercidas em **articulação com os órgãos e as entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**, conforme dispõe a Lei nº 9.984, de 1997. Dessa forma, a implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o SINGREH para cumprirem com as suas atribuições legais.

A ANA contribui para o fortalecimento dos órgãos gestores estaduais, dos conselhos estaduais de recursos hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais por meio do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (**Progestão**) e do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (**Procomitês**). A ANA também atua junto aos comitês de bacia interestaduais e às respectivas Entidades Delegatárias ou de apoio para as quais a Agência repassa os recursos da **cobrança pelo uso da água** arrecadados nas respectivas bacias e destina também fundos adicionais à consolidação desses entes. Por fim, a ANA promove diversas iniciativas destinadas ao desenvolvimento de **capacidades de recursos humanos** para a gestão de recursos hídricos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Principais Realizações:

Agenda ANA para Aperfeiçoamento do SINGREH:

- Incorporar a “Agenda ANA para o aperfeiçoamento do SINGREH (MDR, CNRH e OGERH)” ao Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Agenda incorporada ao PNRH.

Procomitês:

- Atingir 65% do alcance das metas previstas para os comitês no 3º período de certificação.

A média de 81,4% obtida no 3º período de certificação pelo conjunto dos comitês de bacia hidrográfica superou a meta prevista de 65%.

Progestão:

- Alcançar níveis de exigência de pelo menos 5 das 9 variáveis apontadas no referencial básico de avaliação, elaborado pelo IPEA, em 90% dos 26 estados (todos estados, exceto o Rio de Janeiro).

A meta foi cumprida, tendo mais de 90% das unidades da federação (UF) alcançado os níveis de exigência em 6 variáveis críticas de gestão.

- Alcançar pelo menos 95% nas notas das metas de cooperação federativa I.1, I.4 e I.5 em 9 UFs (AL, BA, DF, GO, MG, PE, PR, SE e SP).

A média das metas de cooperação federativa foi de 83,3%. O alcance previsto de 95% não foi possível devido às dificuldades enfrentadas pelos estados do Paraná e São Paulo para compartilhar dados da meta de “cooperação federativa I.1”, principalmente, no que diz respeito à consistência dos dados já inseridos no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH). Conheça o resultado das certificações no Portal do Progestão .

- Desenvolver estudos sobre a cobrança pelo uso da água em 1 área prioritária de atuação (Bacia Hidrográfica do rio Grande).

O estudo foi concluído e como seu desdobramento, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande constituiu grupo técnico para examinar o tema da cobrança. A conclusão dos trabalhos do grupo está prevista para 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

- Elaborar 1 normativo sobre o processo de recurso administrativo da cobrança pelo uso da água.

Elaborada uma minuta de resolução que já foi apreciada pela Procuradoria Federal da ANA, que propôs recomendações a serem incorporadas. O documento está em fase de análise pelas áreas envolvidas para envio à Diretoria Colegiada.

Agenda Cobrança

- Desenvolver estudo sobre alternativas de compensação a usuários, em rios de domínio da União, cujos usos foram restringidos em situações de seca.

O estudo foi concluído. Verificou-se a necessidade de aprofundar aspectos legais para a elaboração da proposta de regulamentação de instrumento econômico para compensação a usuários. A conclusão está prevista para o 1º semestre de 2023.

Plano de Desenvolvimento de Competências:

- Estruturar curso para capacitação na análise de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) e outorgas de aproveitamentos hidrelétricos e realizar curso de Alocação de Água e Marcos Regulatórios.

Curso sobre alocação de água e marco regulatório realizado. Sua disponibilização na internet aguarda a elaboração da prova necessária para a emissão do certificado que, porventura, depende de técnicos especializados no assunto para desenvolvê-la simultaneamente às análises de DRDH.

- Executar 100% do Plano de Desenvolvimento de Competências do SINGREH (PDC).

Meta cumprida com os seguintes resultados: 35.200 alunos capacitados; 176 defesas de dissertação realizadas; 42 monografias apresentadas; 4 trilhas de aprendizagem feitas e 269 objetos educacionais novos produzidos.

Outras Realizações:

Atualmente, a ANA tem seis Contratos de Gestão firmados com organizações sem fins lucrativos (Entidades Delegatárias), que exercem funções de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

competência de Agências de Água nas Bacias Hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, São Francisco, PCJ, Doce, Paranaíba e Verde Grande. Além disso, a Agência é parceira de entidades de apoio que exercem apenas funções de secretaria executiva nas Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu, Grande e Paranaíba, conforme ilustradas no mapa a seguir:



A cobrança pelo uso da água é prevista pela Política Nacional de Recursos Hídricos, com os seguintes objetivos: reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água; e obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos **planos de recursos hídricos**.

Os valores arrecadados não constituem um imposto ou uma tarifa, como as cobradas pelas distribuidoras de água nas cidades, mas sim uma remuneração pelo uso de um bem público.

O valor da cobrança é definido com a participação dos usuários, da socie-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

dade civil e do poder público, no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Os principais parâmetros para definição dos valores são os princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador, ou seja, aquele que utiliza ou polui mais, paga mais. Já aquele que utiliza ou polui menos, paga menos.

A ANA tem a competência de arrecadar e repassar os valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União à Agência de Água da Bacia ou à Entidade Delegatária das funções de Agência de Água que os gerou. A seguir, apresentamos um quadro que contém a evolução da arrecadação instituída nos CBHs Interestaduais com os respectivos valores cobrados e coletados no período:

Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos Implementados de forma Integrada nas Bacias	Evolução no Período			
	2019	2020	2021	2022
Número de comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e Entidade Delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.	6	6	6	6
Valores cobrados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 99,98	R\$ 119,52	R\$ 112,38	R\$ 133,96
Valores arrecadados por comitês de bacias interestaduais (em R\$ milhões).	R\$ 82,15	R\$ 87,42	R\$ 102,73	R\$ 124,48

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fortalecer a governança da instituição a fim de alinhar esforços para o alcance da segurança hídrica no país.

A estratégia institucional passa pela implementação de Iniciativas Estratégicas e de Processos e Operações Continuadas, que devem ter como princípios a transparência, a simplificação de procedimentos, a integração entre os métodos de trabalho na busca de eficiência e de elementos para tomada de

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

decisão. Nos últimos anos, diversos normativos trouxeram elementos que fortalecem a governança pública.

Principais Realizações:

Programa de Qualidade Regulatória:

- Realizar uma Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) em parceria com a área técnica.

A Resolução ANA nº 131/2022 aprovou a Agenda de ARR de 2022 cujo tema foi o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qual-ígua), vigente desde 2014 e que conta com a parceria de 24 das 27 Unidades Federativas do Brasil.

Programa de Melhoria da Gestão:

- Elaborar o Planejamento Estratégico Institucional 2023-2026 com a integração dos demais instrumentos de planejamento da ANA.

O novo Plano Estratégico da ANA (2023-2026) está publicado no site da Agência.

- Manter os serviços de informação gerencial interna atualizados mensalmente no Portal de Governança.

As informações gerenciais foram atualizadas.

- Realizar a avaliação de desempenho institucional a cada quadrimestre.

Realizadas as avaliações de desempenho nos dois primeiros quadrimestres. A avaliação do último quadrimestre será finalizada nos primeiros meses de 2023, pois contempla o balanço final do desempenho institucional.

- Implementar 2 ações no âmbito do Programa de Melhoria da Gestão.

Foram revistos 15 fluxos de procedimentos administrativos que visam a celebração de parcerias e contratação de fornecedores, no âmbito da revisão da Resolução nº 348/2017. Foram revistos outros 3 fluxos de dois projetos internacionais bem como a revisão da governança instituída no âmbito desses processos. Essas revisões reduzem etapas, dão clareza e aperfeiçoam o processo decisório.

Estruturar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):

- Implementar as ações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

pela Comissão LGPD/ANA em articulação com a encarregada pelo tratamento de dados pessoais na Agência.

As definições, os conceitos e os ajustes nos documentos e processos internos da Ouvidoria da ANA foram implementados, observando os produtos e as diretrizes apresentados por especialista da empresa “Every TI Tecnologia & Inovação Eireli” e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Gestão do Conteúdo:

- Atualizar código de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da ANA com as novas atribuições da Agência e com os prazos de guarda e destinação dos dados pessoais de acordo com a LGPD. (Resolução ANA nº 752/2017).

O Código de Classificação de Documentos (CCD) foi atualizado e houve treinamento para servidores e colaboradores na sua utilização no Sistema Próton. Já a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), encontra-se mais de 60% atualizada.

- Realizar 3 estudos relativos a gestão de conteúdos (implantação de repositório digital, automatizar o envio de matérias do Diário Oficial da União (DOU) pelo Sophia, conteúdo do Sophia ser recuperado pelas buscas Google).

A contratação de adequação do Sophia Biblioteca e do Sophia Acervo foi realizada e o restante dos serviços será entregue até o início de 2023. A automação do envio de matérias do DOU pelo Sophia foi implementada. O estudo para a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) foi finalizado e encaminhado para manifestação da Superintendência de Tecnologia da Informação quanto à viabilidade.

Transparência Ativa:

- Divulgar 100% dos itens da transparência ativa requeridos pela CGU no site institucional da ANA.

Em consulta à Transparência Ativa na Plataforma Fala.BR, dos 42 itens listados, a Controladoria-Geral da União (CGU) informa que a ANA cumpre integralmente “40”, não cumpre “2” e cumpre parcialmente “0”.

Correção e Integridade:

- Divulgar 8 mensagens mensalmente sobre o valor de integridade em múltiplas plataformas.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Publicação de comunicados internos na intranet; no Yammer e em grupos de WhatsApp sobre o valor da integridade na ANA através de cards; podcasts e quiz.

- Aprovar o manual de procedimentos correicionais.

A revisão do Manual de Atos Correicionais conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi concluída.

Auditoria Interna:

- Realizar o “III Fórum de Boas Práticas em Contratações e Gestão de Contratos”.

Realizado o fórum com transmissão ao vivo no canal da ANA no YouTube. Há 584 visualizações atualmente.

- Acompanhar 100% dos prazos de demandas de órgãos de controle interno e externo que passarem pela AUD.

Todas as demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) foram cadastradas, encaminhadas e resolvidas.

- Implementar 30% das ações do Programa de Melhoria de Qualidade da Auditoria Interna.

Segundo o nível 2 da metodologia IA-CM, a análise da maturidade foi finalizada e está sendo consolidada em um plano de ação, objeto de nota de auditoria prevista para conclusão em 2023.

- Realizar 100% das ações de auditoria previstas no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (PAINT) de 2022.

Concluídas 8 ações, sendo: a) cinco auditorias em Entidades Delegatárias que possuem Contratos de Gestão assinados com a ANA; b) uma auditoria financeira em restos a pagar; c) uma auditoria no Programa Progestão, firmado com o Estado de Sergipe; e d) duas auditorias de apuração, nos Contratos nº 018/2020 e nº 60/2018, a partir de denúncias recebidas. Além disso, foram finalizadas duas auditorias do PAINT 2021: “Aquisição de bens, contratação de serviços e gestão contratual” e “Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN)”. Do PAINT 2022 aprovado, cabe ressaltar que apenas a auditoria em “Elaboração e Implementação de Planos de Recursos Hídricos” será concluída em 2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Processo Decisório:

- Elaborar e atualizar manuais de procedimentos das reuniões da Diretoria Colegiada e do sistema de consultas e audiências públicas.

O manual do sistema de consultas e audiências públicas foi elaborado, mas a publicação está prevista para 2023. O manual de procedimentos das reuniões da Diretoria Colegiada está em elaboração e, sua conclusão está prevista para 2023. Mas, há alguns insumos em andamento: sorteio e relatoria de processos; roteiros e estruturação de temas para as reuniões administrativas e deliberativas da DIREC; e propositura de fluxos processuais.

Relacionamento com o Congresso Nacional:

- Realizar a gestão parlamentar e divulgar, em média, 8 informativos parlamentares por mês a partir do mês de fevereiro.

As demandas recebidas foram atendidas. Os assuntos de interesse da ANA, dentro do Congresso Nacional, foram acompanhados e amplamente divulgados.

Memória Institucional de Temas Relevantes:

- Realizar exposição virtual sobre tema relevante que gerou aprendizado institucional para a gestão de recursos hídricos. (Evolução do portal Memória da ANA).

Atualização do site que contém a “Exposição 20 anos de ANA” com os eventos ocorridos em 2021 e 2022. Após campanha institucional, o tema escolhido para exposição virtual no Centro de Memória da ANA (CMA) será “Saneamento Básico”. O material a ser exposto foi atualizado e um carrossel com 170 publicações sobre o tema foi criado. Devido a problemas contratuais, a exposição virtual foi adiada para 2023, mas há uma montagem física que já pode ser visitada. Agende através do e-mail: cedoc@ana.gov.br.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Alocar eficientemente os recursos e esforços institucionais voltados às ações prioritárias.

Dimensionar e empregar de forma otimizada os recursos tecnológicos, fi-

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

nanceiros e logísticos nas ações estabelecidas no Planejamento Estratégico da ANA para o alcance dos objetivos e das metas previstas.

Principais Realizações:

Gestão de Logística, Licitações e Contratos:

- Reduzir 5% de restos a pagar em relação ao exercício anterior, observada a relação restos a pagar versus dotação orçamentária atualizada.

Em relação aos restos a pagar, observa-se redução de 6,15% no volume total inscrito e reinscrito, passando de um valor total de R\$ 69,07 milhões em 2021 para R\$ 64,82 milhões em 2022

- Implementar o projeto de gerenciamento de acesso e segurança do complexo pelo uso de câmeras.

Implementado o projeto que gerencia o acesso e a segurança do Complexo da ANA pelo vídeo monitoramento, equipamentos e sistemas integrados.

- Reduzir em 15% o estoque e a necessidade de áreas de armazenamento (Almoxarifado Virtual).

Redução de 27% da área de estoque, da quantidade de itens estocados e da quantidade de controles administrativos.

Gestão da Infraestrutura de TI:

- Alcançar no mínimo 51 pontos do Índice de Segurança Cibernética (iSegCiber) segundo a metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU). Indicador atual: 40.

A ANA evoluiu do nível de maturidade “inicial” para o nível “intermediário” devido ao foco em ações de aprimoramento do “Controle 14 - Conscientização sobre segurança e treinamento de competências” do TCU que apura o Índice de Segurança Cibernética (iSegCiber) da Agência. Entre outras ações, foi formulado um Programa de Capacitação e Conscientização em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) que abordou o tema em uma campanha de conscientização. Assim, o índice referente ao “Controle 14” passou de 6 para 76 pontos, elevando o iSegCiber de 40 para 54 pontos.

- Atingir 85% do índice de satisfação dos usuários com os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

A pesquisa com os usuários dos serviços de tecnologia da informação e comunicação apontou o índice de 80,15% de satisfação.

- Implementar 75% do plano de ação anual do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) relacionado a sistemas.

Implementados 90% do plano de ação e abertas 32 ordens de serviços mensais.

Orçamento e Finanças:

- Emitir notas técnicas com as análises de conformidade do planejamento e orçamento em até 72h.

Elaboradas 92 notas técnicas de conformidade do planejamento e orçamento, sendo 79% emitidas em até 72h.

- Empenhar 50% da dotação orçamentária da Fonte 183 até junho/2022 e 95% até o final do ano.

Empenhados 92% da Fonte 183.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas e o engajamento da força de trabalho.

Promover o desenvolvimento, a ampliação, a renovação, o aprimoramento da força de trabalho com vistas à sua adequada alocação, de forma a compatibilizar os quantitativos e as competências do quadro técnico e administrativo da ANA, com as demandas e prioridades institucionais, estimulando o compromisso, a motivação das equipes e a qualidade de vida no trabalho.

Principais Realizações

Programa de Gestão:

- Implementar o Programa de Gestão no âmbito da ANA.

Prorrogado o período de ambientação (18/07/2022 a 17/01/2023) do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) para término em 28/02/2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Dimensionamento da Força de Trabalho:

- Dimensionar 100% da força de trabalho no âmbito da ANA.

Concluídas as fases qualitativa e quantitativa das 61 unidades organizacionais previstas, bem como realizada a mensuração dos esforços. Devido à Resolução nº 136/2022, que trata do novo Regimento Interno da ANA, foi firmado o 3º Termo Aditivo para revisão das unidades organizacionais alteradas ou criadas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Promover a inovação de serviços, processos, projetos e tecnologias voltadas para garantir a segurança hídrica do país.

Promover a cultura da inovação nos processos de trabalho, nas ações e nas atividades gerenciais da ANA, e criar espaços institucionais que favoreçam a geração de ideias, a busca de soluções criativas, a incorporação e o uso otimizado de tecnologias.

Principais Realizações

Programa de Inovação:

- Implementar 2 projetos de inovação no âmbito do laboratório de inovação da ANA.

A ANA firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para a promoção de inovação aberta ao setor de saneamento por meio da realização de prêmios de inovação, no âmbito do qual já foi elaborada a minuta do edital do Concurso de Inovação “Desafio Saneamento do Futuro: rios sem plástico” com previsão de lançamento em 2023. Ademais, elaborou o projeto de estruturação e fortalecimento do laboratório de inovação, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) através de Termo de Execução Descentralizada, que culminou em um conjunto de ações de fomento à inovação na Agência.

Projeto de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nos processos de Gestão de Recursos Hídricos, segurança de barragens e saneamento básico:

- Aprimorar o Sistema Federal de Regulação de Uso (REGLA), no módulo de pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

e outorgas de direito de uso de recursos hídricos (Regla São Marcos, Goiás e 4.0).

O REGLA está apto para recebimento, análise e emissão de declaração de regularidade para usos insignificantes em toda a bacia do rio São Marcos e apto para recebimento, análise e emissão de outorgas de domínio do estado de Goiás na bacia do rio Piancó. Além disso, foi concluída a adaptação do REGLA para a regularização dos usos sujeitos à outorga na bacia do rio São Marcos. Ademais, foi concluído o levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Projeto Outorga 4.0, que tem previsão de ser concluído em 2023, juntamente com a adaptação para os pedidos de DRDH e a implementação na bacia do rio Meia Ponte e no restante do Estado de Goiás.

Novas tecnologias no processo de fiscalização:

- Ampliar a implantação do automonitoramento do uso de recursos hídricos pelo aplicativo DeclaraÁgua em 3 sistemas hídricos/bacias considerados críticos: Piranhas-Açu (PB/RN), São Francisco (MG/BA) e São Marcos (MG/GO/DF).
 - i. No Alto Piranhas-Açu: notificação de todos os usuários obrigados a enviar a DeclaraÁgua em cumprimento ao Termo de Alocação de Água. Avanço pouco expressivo. No Baixo Piranhas-Açu: devido à falta de normativo para obrigar o envio dos dados, os usuários monitorados pelo DeclaraÁgua correspondem a 24% do volume outorgado na bacia. Avanço pouco expressivo.
 - ii. São Marcos: apenas dois usuários dos 27 selecionados (acima de 36 m³/h, conforme a Resolução ANA nº 109/2021) para envio do DeclaraÁgua não estão realizando as leituras. Objetivo atingido.
 - iii. São Francisco: aguarda normativo específico para o envio dos dados.
- Ampliar a implantação do monitoramento remoto por telemetria nos usuários que representam 50% da demanda total outorgada pela ANA no Baixo Piranhas Açu (RN) e concluir a implantação ao longo do rio Verde Grande (MG/BA).

No Baixo Piranhas-Açu, o estudo para a seleção de usuários para a implantação da telemetria foi realizado e 11 empreendimentos respondem por 50% do volume outorgado. No Verde Grande, a Telemetria está funcionando e há necessidade de ajustes no funcionamento dos equipamentos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

RESULTADOS

Gestão da Infraestrutura de Tecnologia da Informação:

- Implementar 10 novos serviços no ambiente de infraestrutura de nuvem.

Há 8 serviços implantados: API mancha de inundação SNISB; Monitor de Secas; GEONODE; Geonetwork; Backup Monitor; INPE - mapeamento irrigação; HIDRO e Portal de Capacitação da ANA (JOOMLA).

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

- Patrocínio a eventos de grande porte de instituições parceiras como: a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB) e a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS).
- Reunião **#FALA COMITÊ SÃO FRANCISCO** para aproximar e reunir as agendas do Comitê da Bacia Hidrográfica e da Agência Peixe Vivo com a ANA para aprimorar a gestão de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
- Conforme determina a Lei n.º 10.881/2004, foram firmados os termos de permissão de uso de bem público com as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água no âmbito dos seis contratos de gestão vigentes em prol do interesse público.
- Conforme determina a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), foram firmados termos de compromisso pelo uso compartilhado de dados pessoais com as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água para adequação dos seis contratos de gestão e com as Organizações da Sociedade Civil para adequação dos três termos de colaboração.
- Repasse integral dos valores arrecadados pela ANA através da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para as Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água a partir da abertura de créditos suplementares em razão de superávits financeiros acumulados até o exercício de 2021. Essa

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

ação integra a “Agenda Cobrança” do PEI 2019-2022 e o Plano de Gestão de Riscos 2020-2022.

- Aprovação das contas do exercício de 2021 dos Contratos de Gestão com as Entidades Delegatárias das funções de Agência de Água celebrados com a:
 - Agência Peixe Vivo para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande;
 - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
 - Agência Peixe Vivo para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
 - Agência das Bacias PCJ para atuar nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; e
 - Agência de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (AGEDOCE) para atuar na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.
- Oficina para avaliação da delegação de fiscalização no Distrito Federal com articulação de procedimentos de fiscalização, expedição no Rio Preto e notificação a 50 usuários para implantarem o DeclaraÁgua.
- Nova prorrogação da condicionante da outorga do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).
- Elaboração de proposta de solução de engenharia “ecosoleira” para permitir a flexibilização da restrição existente nas outorgas para captação de água na Lagoa Mirim, na Região Sul, em articulação com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- Adesão da ANA à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos em atendimento ao Decreto n.º 10.748/2021.
- Webinar para lançamento da publicação “Modelagem da Qualidade da Água na Bacia do Rio Paranapanema – Bases para o Enquadramento”.

RESULTADOS**DEMAIS REALIZAÇÕES**

- Lançamento durante o Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) do encarte “Planos de Recursos Hídricos”; do caderno “As Águas Subterrâneas na Política Nacional de Recursos Hídricos”; do livro “Governança das Águas Subterrâneas: Desafios e Caminhos”.
- O Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2021, Relatório Pleno, inaugurou o novo ciclo 2021-2024 com uma publicação inteiramente digital para propiciar a maior interação do seu conteúdo e torná-lo cada vez mais atrativo, útil e acessível à sociedade. Está disponível também sua versão em PDF.
- Desenvolvimento do aplicativo Hidro Instrumentação que permitirá maior gerenciamento das solicitações das entidades operadoras, referentes ao envio e recebimento de equipamentos e acessórios utilizados na operação da rede hidrometeorológica da ANA, bem como possibilitará maior controle dos processos de manutenção desses equipamentos.
- Implantação da telemetria em um dos maiores usuários de água do Brasil na bacia dos rios Itaguari/Carinhanha.
- Execução de serviços metrológicos com o objetivo de garantir confiabilidade às medidas de vazão de água realizadas nos pontos de captação, monitoramento, transferência de custódia e distribuição de água nos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), no âmbito do contrato do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP).
- Aquisição de imagens de satélite de altíssima resolução para o Açude Boqueirão nos rios Piranhas-Açu (Baixo) e Preto.
- Desenvolvimento de aplicativo para controle de estoques e remessas de equipamentos e acessórios às operadoras da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN).
- Elaboração do Plano de Contingência para recomposição dos volumes de reservatórios das bacias dos rios Paranaíba e Grande.
- Novo Acordo de Cooperação Técnica entre ANA e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).
- Formulação e implementação de ferramentas na sala de situação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

RESULTADOS

DEMAIS REALIZAÇÕES

- A ANA procurou conhecer as melhores práticas de gestão e regulação no setor de saneamento básico, bem como estabelecer um processo de intercâmbio com diversas instituições na perspectiva de lidar com os desafios de promover a harmonização regulatória do setor de forma a contribuir para a universalização dos serviços de saneamento no país. Nesse sentido, 2022 foi um ano de estabelecer diálogo com o setor, conhecer os atores, construir relações de confiança e estabelecer parcerias para facilitar a construção das normas. Foram realizados mais de 30 eventos nacionais e internacionais em busca da melhor efetividade regulatória.
- Formalização de Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com o Estado de Minas Gerais para a criação da Rede Nascentes do São Francisco do Programa Produtor de Água.
- Capacitação dos Órgãos Gestores de Recursos Hídricos (OGRHs) da bacia Hidrográfica do São Marcos em balanço hídrico de reservatórios.
- Elaboração de pesquisa de opinião sobre os boletins de acompanhamento das alocações de água com os participantes das reuniões de alocação de água.
- Publicação da Portaria nº 415, de 20 de outubro de 2022, que trata dos critérios de priorização a serem observados nos procedimentos correccionais investigativos e acusatórios de agentes públicos e entes privados na ANA.
- Publicação da Portaria nº 416, de 20 de outubro de 2022, que trata das medidas necessárias ao resguardo dos dados dos envolvidos e das informações de acesso restrito ou sigiloso na condução de procedimentos correccionais investigativos ou acusatórios.
- Publicação da Portaria nº 417, de 20 de outubro de 2022, que regulamenta o procedimento correccional de responsabilização objetiva administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública no âmbito da ANA.
- Publicação da Portaria nº 418, de 20 de outubro de 2022, que trata do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito da ANA.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO